

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO
CURSO DE JORNALISMO

JOÃO ANDRÉ DE OLIVEIRA GREGIO

Imperialismo Midiático: A Construção Ideológica do Ocidente através da Mídia

RIBEIRÃO PRETO
2024

JOÃO ANDRÉ DE OLIVEIRA GREGIO

Imperialismo Midiático: A Construção Ideológica do Ocidente através da Mídia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Jornalismo.

Orientação: Prof. Me. João Flávio Almeida

RIBEIRÃO PRETO
2024

Ficha catalográfica preparada pelo Centro de Processamento
Técnico da Biblioteca Central da UNAERP

- Universidade de Ribeirão Preto -

GREGIO, João André de Oliveira, 2003-

G818i Imperialismo Midiático: A Construção Ideológica do Ocidente
através da Mídia / João André de Oliveira Gregio. - Ribeirão Preto, 2024.
59 f. : il. color.

Orientador: Prof.º Me.º João Flávio de Almeida..

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade de Ribeirão
Preto, UNAERP, Jornalismo, 2024.

1. Imperialismo. 2. Comunicação. 3. Análise do Discurso. 4. Ocidente. 5.
Mídia. II. Título.

CDD 070.4

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, que representa o apogeu de uma etapa importante da minha trajetória acadêmica, não teria sido possível sem o apoio de muitas pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para sua realização.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me apoiaram incondicionalmente, fornecendo as bases de amor e confiança que me permitiram chegar até aqui. A paciência, compreensão e incentivo de vocês foram fundamentais em cada momento desta jornada.

Aos meus amigos e colegas de curso, que estiveram ao meu lado, seja nos desafios ou nas vitórias. A convivência com vocês tornou essa caminhada muito mais rica e significativa.

Ao meu orientador, João Flávio Almeida, expresso minha sincera gratidão pela orientação precisa, pela paciência e pela confiança no meu trabalho. Sua experiência e dedicação foram cruciais para o desenvolvimento e aprimoramento deste estudo. A cada sugestão e direcionamento, o trabalho foi se tornando mais sólido e profundo, e por isso sou imensamente grato.

À minha instituição de ensino, que proporcionou um ambiente de aprendizado de qualidade, e aos professores que contribuíram com sua sabedoria e visão crítica ao longo dessa jornada acadêmica, muito obrigado por todo o conhecimento transmitido.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, colaboraram com esse projeto. Cada contribuição, por menor que tenha sido, teve um impacto significativo na realização deste trabalho.

A todos vocês, meu sincero agradecimento. Este trabalho é, em grande parte, fruto de sua generosidade, apoio e confiança.

EPÍGRAFE

“O imperialismo é um sistema de exploração que ocorre não só na forma brutal daqueles que vêm com armas para conquistar território. O imperialismo frequentemente ocorre em formas mais sutis, um empréstimo, ajuda alimentar, chantagem. Estamos lutando contra esse sistema que permite que um punhado de homens na Terra governe toda a humanidade.”

(Thomas Sankara)

“A globalização é o novo nome do imperialismo, e o gosto médio é uma peste, é muito pior do que o mau gosto.”

(Ariano Suassuna)

RESUMO

No campo dos estudos em Jornalismo, Mídias e Análise do Discurso, este trabalho investiga o conceito de imperialismo midiático, entendido como o condicionamento do formato midiático, neste caso dos Estados Unidos. A pesquisa investiga como esse condicionamento, centrado nos formatos e nas estruturas jornalísticas produzem sentidos, sujeitos e produzem “verdades” sociais e políticas. O termo "imperialismo" reflete uma relação assimétrica de poder, análoga à dinâmica dos antigos impérios coloniais, em que o Ocidente utiliza os meios midiáticos para impor sua dominação discursiva e ideológica. O estudo foca particularmente nos formatos jornalísticos televisivos e impressos, analisando como essas estruturas padronizadas exercem influência nos meios de comunicação locais. Como exemplo, é investigada a cobertura da Guerra do Iraque pelos veículos brasileiros, demonstrando como o jornalismo no país reflete o formato condicionado pelas grandes potências midiáticas, destacando uma hegemonia técnica e estrutural que ultrapassa o conteúdo das mensagens veiculadas. A metodologia adotada é a Análise do Discurso de matriz francesa, fundamentada nas ideias de Michel Pêcheux (2019), que investiga como os discursos midiáticos reforçam essa hegemonia. Com base no livro Ódio ao Ocidente, de Jean Ziegler (2011), o trabalho explora como a mentalidade ocidental justifica e perpetua determinadas verdades políticas. Os resultados da análise revelam que o imperialismo midiático não está somente relacionado à mensagem transmitida, mas ao condicionamento dos formatos utilizados, consolidando um modelo estrutural que influencia a forma como a informação é apresentada e recebida. Esse condicionamento não determina diretamente os conteúdos, mas cria padrões que moldam as possibilidades de percepção pública e reduzem a diversidade de abordagens e perspectivas. Assim, o Ocidente mantém sua hegemonia ao estabelecer formas predominantes de comunicação que, muitas vezes, dificultam uma visão mais plural das realidades sociais e políticas.

Palavras-chave: Imperialismo. Comunicação. Análise do Discurso. Ocidente. Mídia.

ABSTRACTO

En el campo de los estudios en Periodismo, Medios y Análisis del Discurso, este trabajo investiga el concepto de imperialismo mediático, entendido como el condicionamiento del formato mediático, en este caso, proveniente de los Estados Unidos. La investigación examina cómo este condicionamiento, centrado en los formatos y estructuras periodísticas, produce significados, subjetividades y "verdades" sociales y políticas. El término "imperialismo" refleja una relación asimétrica de poder, análoga a la dinámica de los antiguos imperios coloniales, donde Occidente utiliza los medios mediáticos para imponer su dominación discursiva e ideológica. El estudio se centra particularmente en los formatos periodísticos televisivos e impresos, analizando cómo estas estructuras estandarizadas ejercen influencia en los medios de comunicación locales. Como ejemplo, se investiga la cobertura de la Guerra de Irak por parte de los medios brasileños, demostrando cómo el periodismo en el país refleja el formato condicionado por las grandes potencias mediáticas, destacando una hegemonía técnica y estructural que trasciende el contenido de los mensajes transmitidos. La metodología adoptada es el Análisis del Discurso de matriz francesa, basada en las ideas de Michel Pêcheux (2019), que investiga cómo los discursos mediáticos refuerzan esta hegemonía. A partir del libro *El odio a Occidente*, de Jean Ziegler (2011), el trabajo explora cómo la mentalidad occidental justifica y perpetúa determinadas "verdades" políticas. Los resultados del análisis revelan que el imperialismo mediático no sólo está relacionado con el mensaje transmitido, sino con el condicionamiento de los formatos utilizados, consolidando un modelo estructural que influye en la forma en que se presenta y recibe la información. Este condicionamiento no determina directamente el contenido, sino que crea patrones que moldean las posibilidades de percepción pública y reducen la diversidad de enfoques y perspectivas. Así, Occidente mantiene su hegemonía estableciendo formas predominantes de comunicación que a menudo obstaculizan una visión más plural de las realidades sociales y políticas.

Palabras clave: Imperialismo. Comunicación. Análisis del Discurso. Occidente. Medios.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 O QUE É A ANÁLISE DO DISCURSO	9
2.1. A História na Perspectiva de Marx e Engels.....	10
2.1.1 A História na Perspectiva de Foucault	11
2.1.2 A História na Perspectiva da Análise do Discurso	12
2.2 Memória Discursiva e o Esquecimento.....	13
2.3 Ideologia	15
2.4.1 A Visão Marxista.....	16
2.4.2 A Visão de Althusser	16
2.4.3 A Visão da Análise do Discurso.....	17
2.4 A Formação Discursiva	21
2.5 O Sujeito	22
3 O IMPERIALISMO OCIDENTAL MODERNO	24
3.1 O Ocidente, a sua mentalidade e memória.....	28
4 MÍDIA E IMPERIALISMO.....	31
4.1 Definindo o Imperialismo Midiático	32
4.1.1 O Condicionamento do Formato Midiático no Jornalismo	37
4.1.2.2 A Invasão dos Estados Unidos ao Iraque	47
4.1.2.1 A Guerra Vista de Longe: A Perspectiva Brasileira.....	51
5 CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS.....	56

1 INTRODUÇÃO

Para Ayerbe (2002), o final da Guerra Fria marcou um ponto de virada decisivo na história das relações internacionais, evidenciado por três eventos cruciais: a dissolução do Pacto de Varsóvia, a reunificação da Alemanha e o colapso da União Soviética. Esses acontecimentos não apenas reconfiguraram o mapa geopolítico, mas também tornaram inegável a vitória dos Estados Unidos na disputa bipolar que havia dominado o cenário global por décadas.

Ayerbe ao citar Huntington, escreve que os desafios da supremacia política e econômica do Ocidente, bem como aos valores que definem sua identidade cultural, têm moldado uma nova configuração das relações internacionais. Porém, existe “O Resto” é composto por sete grandes civilizações: japonesa, confuciana, islâmica, latino-americana, eslava ortodoxa, hindu e africana. Cada uma dessas civilizações traz consigo diferentes valores, tradições e estruturas de poder, que competem com a hegemonia ocidental em um mundo cada vez mais interconectado.

Em analogia com a queda de Roma, é preciso destacar a necessidade de constante vigilância e adaptação. Mesmo após derrotar grandes adversários, o Ocidente não pode se permitir relaxar, pois os desafios à sua supremacia são contínuos. Essa necessidade de adaptação se estende também ao campo da comunicação. Assim como a supremacia política e militar exige vigilância constante, o domínio na esfera comunicacional deve ser igualmente dinâmico e estratégico. A comunicação não é apenas um reflexo da influência, mas também uma ferramenta essencial para moldar e manter o poder. Portanto, a resistência a novos desafios e a concorrência de narrativas emergentes requer uma abordagem proativa e flexível, garantindo que o controle da informação e a influência sobre a opinião pública permaneçam alinhados com os interesses dominantes.

Na academia, os estudos sobre imperialismo midiático frequentemente restringem sua análise ao condicionamento da "mensagem", deixando de considerar definições mais amplas de mídia. Segundo Marshall McLuhan, o conceito de mídia transcende a simples transmissão de mensagens, abarcando os próprios meios e formatos que estruturam a comunicação. No entanto, não há, até o momento, trabalhos acadêmicos que integrem essa abordagem mais ampla sob a perspectiva da Análise do Discurso (AD). Este trabalho, portanto, busca não apenas contribuir para os estudos da AD, mas também preencher essa lacuna, oferecendo uma visão mais abrangente e crítica sobre o imperialismo midiático.

O imperialismo midiático pode ser comparado às margens de um rio, onde as correntes da informação fluem, mas são direcionadas e moldadas pelas bordas, que determinam o

caminho que a água segue. Assim como as margens do rio controlam o fluxo da água, o imperialismo midiático controla a disseminação das ideias, das narrativas e das visões de mundo dominantes. Ele define quais informações serão amplificadas e quais serão marginalizadas, conduzindo a percepção pública de acordo com os interesses das potências hegemônicas.

Da mesma forma que as margens de um rio podem ser estreitas ou largas, o imperialismo midiático pode ser explícito ou discreto, mas em ambos os casos, ele limita a diversidade das vozes e das perspectivas, restringindo o espaço para alternativas que desafiem o status quo. O controle das margens garante que o fluxo de informações siga um curso que favoreça certas potências, enquanto outras correntes de pensamento, muitas vezes provenientes de regiões ou culturas periféricas, são desviadas ou silenciadas.

O primeiro capítulo abordará a análise do discurso francês e como ele será aplicado neste estudo. A AD, surgida na França, é uma abordagem teórica bastante empregada em diversos meios acadêmicos internacionais. Vamos examinar os conceitos básicos da AD, entendendo que a linguagem não é apenas uma maneira de se comunicar, mas também uma atividade social que espelha e perpetua hierarquias de poder.

No segundo capítulo, será definida a concepção do que é o Ocidente e irá explorar a mentalidade que justifica e perpetua determinadas verdades políticas. Essa análise abordará como essa mentalidade molda percepções e narrativas em torno das relações internacionais, influenciando as decisões políticas e as representações culturais que sustentam a hegemonia ocidental. Ao entender essa mentalidade, será possível examinar as consequências que ela tem nas relações entre o Ocidente e outras civilizações, destacando o impacto das narrativas dominantes na formação de identidades e nos discursos públicos.

No terceiro capítulo, iremos discutir o que é o imperialismo moderno ocidental, examinando suas características e implicações no cenário atual. Em seguida, no quarto capítulo, discutiremos o imperialismo midiático e suas manifestações, com ênfase na transferência e adoção de formatos jornalísticos dos Estados Unidos no Brasil. Abordaremos como esses formatos, como o modelo de lead, o tamanho físico dos jornais e a organização visual, foram incorporados pela imprensa brasileira, moldando não apenas a prática jornalística, mas também a maneira como os leitores consomem informações. Essa análise permitirá compreender como esse condicionamento cultural reflete dinâmicas de poder mais amplas, demonstrando que o impacto do imperialismo midiático não está restrito ao conteúdo das notícias, mas também à forma como elas são apresentadas. A relação com eventos como a cobertura da Guerra do Iraque ilustrará como esses padrões influenciam.

O principal objetivo deste trabalho é compreender o fenômeno do imperialismo midiático sob a perspectiva da Análise do Discurso, investigando como os condicionamentos do formato influenciam a produção e recepção de sentidos, independentemente da mensagem veiculada. Dessa forma, busca-se revelar as estratégias discursivas e as relações de poder subjacentes aos processos midiáticos contemporâneos. Assim, esta pesquisa não apenas descreve e analisa os discursos imperialistas na mídia, mas também colabora para um debate crítico sobre as relações de poder, identidade e representação que influenciam a sociedade contemporânea.

2 O QUE É A ANÁLISE DO DISCURSO

De acordo com Orlandi (2019), a Análise do Discurso (AD) é relevante na medida em que a linguagem desempenha um papel crucial não apenas na vida humana, social, política, mas sim na medida em que nos torna capazes de apreender o funcionamento da linguagem, pois a AD não trabalha “com a linguagem em si, mas com sujeitos produzindo sentido no mundo.”

Segundo Orlandi:

Desde o cotidiano, por exemplo, quando encontro alguém na rua e falo “oi!” ou “olá!”, seja para um amigo, colega ou pessoa menos conhecida, estou estabelecendo um laço significativo na medida mesmo em que eu falo e que é fundamental na construção da sociabilidade (Orlandi, 2019).

Podemos então dizer que a Análise do Discurso nos permite uma compreensão mais profunda da linguagem e dos discursos que permeiam a sociedade e a história. A linguagem não é tão simples como parece. Ela vai além de simples cumprimentos, alcançando áreas complexas que influenciam a sociedade e a política. Desde o modo de pensar e até mesmo como se vestir. A linguagem é usada na mídia e na propaganda para moldar percepções e influenciar comportamentos. Por exemplo, manchetes sensacionalistas podem gerar medo ou raiva, enquanto slogans políticos simples podem mobilizar eleitores. Líderes políticos usam linguagem persuasiva para influenciar a opinião pública, promover suas agendas e ganhar apoio para suas políticas. As palavras e discursos podem ser usados para estigmatizar ou discriminar determinados grupos sociais, de acordo com critérios como raça, gênero, orientação sexual e religião. Isso pode ter uma grande influência nas oportunidades e no tratamento desses grupos na sociedade. A linguagem pode ser usada para distorcer a realidade ou espalhar a desinformação. Isso pode ser feito por meio de meias-verdades, omissões intencionais, palavras com forte carga emocional ou propaganda enganosa.

A Análise do Discurso nos auxilia a compreender e interpretar os discursos de forma mais crítica, menos automática e a compreender como nossas perspectivas são influenciadas pelas diversas correntes discursivas nas quais estamos inseridos. A AD, em suma, permite investigar a relação entre linguagem e ideologia, o que é crucial para uma compreensão mais ampla das estruturas sociais e políticas. A Análise do Discurso, portanto, não é apenas “linguagem”, sendo então proveniente de três áreas do conhecimento: a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. De acordo com Orlandi (2005), a Análise de Discurso:

[...] não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2005, p. 10).

Antes de abordar a Análise de Discurso, é essencial retomar e distinguir os conceitos fundamentais que enriquecem seu escopo analítico. Os conceitos de:

- A. Linguagem;
- B. História;
- C. Memória Discursiva e Esquecimento;
- D. Ideologia;
- E. Formação Discursiva;
- F. Sujeito.

São fundamentais para a base teórica e filosófica da Análise de Discurso (AD). Esses conceitos são tratados de maneira específica e distinta dentro da AD, diferindo significativamente de como são abordados em outras metodologias de análise de dados. Ou seja, na AD, esses elementos são vistos e utilizados de uma forma única que não é encontrada em outras abordagens analíticas (LimaI et al., 2017).

2.1. A História na Perspectiva de Marx e Engels

A perspectiva de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a história é, essencialmente, moldada pela luta de classes. Dessa forma, as sociedades se desenvolvem através de um processo de conflito entre diferentes classes sociais, especialmente no contexto do capitalismo. Para Marx e Engels, a luta de classes não é apenas um fenômeno social, mas também uma manifestação da ideologia que surge da forma como a produção econômica é organizada em uma sociedade capitalista. Em outras palavras, as ideias e crenças das pessoas refletem as relações de poder e de produção que estão presentes na estrutura econômica da sociedade em que vivem. Essa perspectiva é central para o materialismo histórico, uma corrente teórica que se dedica a compreender a história humana a partir das condições materiais de existência, tais como as relações de produção, as forças produtivas e as relações de classe (TASSO, 2004, p. 04).

A história não deve ser vista como uma sucessão de eventos isolados e sem vida, mas sim como um processo dinâmico que abrange toda a atividade vital humana. No entanto, as

peessoas têm visões distintas sobre si mesmas, sobre as outras e sobre o mundo ao seu redor, o que pode resultar em conflitos, contradições e mudanças ao longo do tempo. A complexidade na forma como os seres humanos percebem e interagem uns com os outros é uma parte fundamental do tecido histórico.

A história, sob a perspectiva marxista, é mais do que um mero registro de eventos; é uma materialização da experiência humana que se desenvolve de forma teleológica, linear e cumulativa, culminando em momentos de revolução. Nesse sentido, a dialética desempenha um papel fundamental ao permitir a comparação entre opostos, revelando as contradições e tensões inerentes à sociedade. Através dessa análise, podemos compreender não apenas as necessidades e aspirações dos indivíduos, mas também os conflitos que moldam e transformam a trajetória histórica ao longo do tempo. Essa abordagem busca desvendar a essência da experiência humana, ressaltando que a história é um processo dinâmico, onde cada etapa é uma construção que contribui para a evolução da consciência social e das relações de poder.

2.1.1 A História na Perspectiva de Foucault

Para Michel Foucault, a história é um "sistema descontínuo" e é necessário compreender a história como um conjunto de "enunciados dispersos" que, em determinados momentos, apresentam certa regularidade (TASSO, 2004, p. 02).

A história não é compreendida como uma sequência contínua e uniforme de eventos ou narrativas. Em vez disso, é percebida como um conjunto de fragmentos, episódios e fenômenos que não obedecem a uma progressão linear ou homogênea. Essa abordagem sugere que a história deve ser compreendida como uma série de rupturas, descontinuidades e desarticulações. Os "enunciados" referem-se às declarações, relatos, documentos e discursos que constituem a narrativa histórica. A ideia de "dispersão" indica que estes enunciados não estão organizados de maneira coerente e unificada. Eles estão espalhados pelo tempo e pelo espaço, muitas vezes sem uma ligação aparente. Apesar dessa dispersão e descontinuidade, alguns padrões ou regularidades podem surgir. Em outras palavras, apesar de a história ser composta por diversos elementos, em certos momentos é possível notar alguma consistência ou repetição nos eventos ou nos discursos históricos. Para Tasso (2004, p. 05):

O enfoque, então, passa da descrição de épocas e séculos para a compreensão de fenômenos de ruptura, a busca pela incidência de interrupções. As grandes manifestações, homogêneas, não têm mais lugar. O papel da história, logo, é o de tentar registrar as transformações e as renovações, que denotam a descontinuidade dos

acontecimentos. Se o princípio norteador proposto por esse filósofo considera a descontinuidade, o documento, base da prática histórica tradicional, torna-se objeto de contestação.

Então, segundo Foucault, a história não está fechada ou concluída; é contínua e sempre sujeita a novas interpretações e em constante movimento e transformação, refletindo mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas. A história é composta por eventos, fenômenos e discursos que não necessariamente estão ligados de forma linear ou coerente. A análise foucaultiana reconhece a presença do diferente, do inusitado e do singular na história. Ela valoriza as diferenças, os desvios e as marginalidades que desafiam a ideia de uma história linear e uniforme (TASSO, 2004, p. 04).

2.1.2 A História na Perspectiva da Análise do Discurso

Segundo Tasso (2004), na análise do discurso, a história é a produção de sentido. Não é apenas contexto ou descrição real, é menos uma sequência de eventos. No entanto, a história ainda espera ser revisada, atualizada, ampliada e reinterpretada. Os eventos históricos ganham significado através da interpretação do evento. A história é, portanto, uma narrativa constantemente construída, moldada por condições históricas sociais e culturais que influenciam a compreensão e a reavaliação dos acontecimentos ao longo do tempo.

Para a Análise do Discurso, a história é um processo de criação de sentidos, influenciado pela linguagem e pelos sujeitos que a interpretam. Não se trata de um contexto estável ou linha cronológica, mas sim de um campo de significados em constante atualização e transformação. Um evento histórico permanece relevante e "vivo" na memória porque desperta interpretações coerentes. Não temos acesso direto aos eventos ocorridos anteriormente, mas sim ao que foi dito e ainda é dito a respeito deles (TASSO, 2004, p. 05). Como lembra Tasso (Idem):

A ordem da língua (a materialidade histórica dos processos de significação) e a ordem da história (a materialidade simbólica da relação do homem com o mundo) constituem a ordem do discurso. Pensar a língua e, conseqüentemente, a história como materialidades é pressupor que ambas não são transparentes nem neutras. Sendo, portanto, revestidas por uma opacidade, é a partir delas que podemos notar a atuação da ideologia no discurso (TASSO, 2004, p. 05 apud ORLANDI, 2004).

Os elementos linguísticos (falhas, equívocos e ambiguidades) são vistos como manifestações do impacto da história na linguagem. A história, neste contexto, diz respeito às

condições sociais, culturais e políticas que determinam e influenciam o uso da linguagem. Quando analisamos os discursos, essas "falhas" e "equívocos" nos dão pistas sobre os processos históricos que moldam os sentidos. A resistência do significante, que é uma forma material da linguagem (som, palavra escrita), e as falhas e lacunas no simbólico, mostram que a linguagem é influenciada pelas condições históricas, sociais e culturais, que moldam e modificam os sentidos constantemente. A interação entre a linguagem e o contexto histórico revela a complexidade e a dinâmica da produção de sentidos (TASSO, 2004, p. 06).

2.2 Memória Discursiva e o Esquecimento

Para Zorzela (2016), a memória discursiva opera dentro de uma perspectiva materialista do discurso, influenciadas pela historicidade. Isto quer dizer que o contexto histórico e social interfere nas posições dos indivíduos que já estão previamente estabelecidas. É importante salientar que a Análise do Discurso (AD) não tem como objetivo estabelecer uma única verdade ou evidência concreta nas respostas. Em vez disso, a AD foca na opacidade dos efeitos de sentido. Isso quer dizer que os significados dos discursos não são sempre claros e podem variar. A Análise do Discurso tem como objetivo descrever como os discursos têm significado na sociedade, reconhecendo que esses significados são complexos e dependem do contexto em que estão inseridos. Para Siqueira (2017):

A memória discursiva é o suporte semântico de um discurso, seu funcionamento se dá através da repetição de enunciados, que forma uma regularidade discursiva. Esta, por sua vez, invoca significados através dos pré-construídos estabelecidos nas séries enunciativas (Siqueira, 2017).

Quando falamos de memória discursiva, podemos identificar dois movimentos principais:

- A. Interdiscurso: é um processo de constituição que molda a maneira como os eventos são registrados na memória coletiva. Esse processo envolve um complexo jogo de forças entre diferentes discursos, onde as vozes e narrativas em conflito lutam por espaço e legitimidade. Nesse contexto, ocorre a supressão da exterioridade do texto, ou seja, a eliminação dos contextos externos que poderiam enriquecer a compreensão do que está sendo narrado. Essa supressão não é neutra; ela reflete escolhas discursivas que visam privilegiar certas perspectivas enquanto marginaliza outras. Assim, a forma como os eventos são representados é

diretamente influenciada por interesses e ideologias, resultando em uma construção de memória que pode ser tanto inclusiva quanto excludente. Essa dinâmica ressalta a importância de reconhecer as múltiplas vozes e contextos que interagem na formação do sentido histórico, tornando evidente que o registro da memória não é um reflexo imparcial da realidade, mas um produto de disputas discursivas.

- B. Intradiscurso: diz respeito ao movimento interno dentro do próprio discurso. As formulações aqui apresentadas obedecem às estruturas, normas e convenções internas do discurso. É o momento da fala de um sujeito, circunstância em que as ideias, eventos e conceitos são atualizados, articulados de forma material, coerente e organizada, respeitando as regras e os contextos já estabelecidos. Representando a expressão concreta do que foi construído no interdiscurso, dando forma e sentido aos elementos absorvidos e registrados na memória discursiva.

Nesse sentido, nos leva a refletir sobre a relação intrínseca entre história, memória e discurso, questionando o que é incluído e o que é excluído nas narrativas que construímos. O que é dito e registrado em nossa memória coletiva muitas vezes se contrapõe ao que é apagado ou esquecido, revelando as escolhas que moldam nossa compreensão do passado. Essas omissões não são meras lacunas; elas refletem um processo deliberado de seleção que pode servir a interesses políticos, sociais ou culturais. Assim, a história não é apenas um relato do que aconteceu, mas um campo de batalha onde diferentes narrativas competem pela atenção e pelo reconhecimento, influenciando como nos lembramos e interpretamos nossa própria trajetória. Essa dinâmica revela a importância de examinar não apenas o que se torna parte da memória coletiva, mas também as vozes que ficam à margem e as histórias que permanecem invisíveis, permitindo uma compreensão mais profunda das complexidades da experiência humana.

Para Pêcheux, a Análise do Discurso oferece uma distinção importante para entender como os significados das palavras são formados. Essa distinção é apresentada através de duas formas de esquecimento. Essas formas de esquecimento são essenciais para compreender como as palavras e os sentidos são construídos e influenciados pela ideologia e pela memória discursiva (ORLANDI, 2003).

Assim, a primeira forma de esquecimento é o que chamamos de “esquecimento número um” que oculta a origem coletiva e histórica dos sentidos, fazendo parecer que eles são invenções pessoais e originais. De acordo com Orlandi (2003, p. 35) “ele é da instância do

inconsciente e resulta no modo pelo qual somos afetados pela ideologia”, ou seja, esses sentidos estão fortemente influenciados pelas estruturas linguísticas, culturais e ideológicas que moldam nossa forma de pensar e se comunicar.

O “esquecimento número dois” ocorre quando não consideramos os elementos contextuais e situacionais que moldam a enunciação. Isso inclui fatores como quem está falando, para quem, em que momento e em que lugar. Esse tipo de esquecimento pode levar a uma percepção distorcida da comunicação, ignorando a importância do contexto na interpretação e no significado dos enunciados. Para Orlandi (2003, p. 35) ao expressarmos algo, surgem agrupamentos parafrásticos que revelam que a escolha da forma de expressão poderia ter sido diferente. Esses agrupamentos parafrásticos referem-se à organização das unidades de linguagem, como palavras, frases ou expressões, dentro de um enunciado ou discurso. Eles indicam que a escolha das palavras e da estrutura da linguagem não é fixa ou única, mas sim flexível e sujeita a variações.

Ambos os esquecimentos revelam a complexidade da comunicação humana, evidenciando que a linguagem não é apenas uma questão de escolha individual, mas é moldada por uma variedade de influências externas e contextuais. Reconhecer esses esquecimentos nos ajuda a entender melhor como os significados são construídos e transmitidos, e a importância do contexto na interpretação das mensagens.

2.3 Ideologia

A ideologia é considerada parte integrante da estrutura discursiva, sendo reproduzida e reforçada nas práticas cotidianas de comunicação. A AD busca, então, mostrar essas formações ideológicas subjacentes e entender como elas moldam e são moldadas pelo contexto social e histórico em que os discursos são produzidos e circulam.

Ela não está isolada, ela se manifesta através de processos interdiscursivos. Isso significa que todo discurso atual é influenciado por discursos passados, que fornecem uma base sobre a qual novos sentidos são construídos. Essa interdiscursividade é crucial para entender como os sentidos são produzidos e como a ideologia é perpetuada no discurso.

2.4.1 A Visão Marxista

A Análise do Discurso, enquanto campo teórico-metodológico, encontra suas raízes no Materialismo Histórico, uma vertente fundamental do pensamento marxista. Desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, o “Materialismo Histórico” propõe que a base material e as

relações econômicas de uma sociedade determinam sua superestrutura, incluindo ideologias, instituições políticas e práticas culturais. Nesse contexto, a Análise do Discurso aparece como uma ferramenta crítica para investigar como os discursos não são meramente reflexos neutros da realidade, mas sim práticas sociais que ajudam a construir e a perpetuar relações de poder e ideologias dominantes. Para Peixoto, De Alencar e Ferreira (2019):

Quando Marx e Engels definem, nesses termos, que ideologia é consciência falsa da realidade, eles estão afirmando, sobretudo, que ideologia é consciência. Assim, a ideologia é, paradoxalmente, linguagem da vida real e também sua inversão, à medida que, se nela os seres humanos e as suas relações aparecem invertidos, tal como ocorre numa câmera obscura (Peixoto, De Alencar e Ferreira, 2019).

Ou seja, se refere às ideias, crenças e percepções que as pessoas desenvolvem ao longo do tempo, influenciadas pelas suas experiências sociais, econômicas e culturais. De acordo com o “Materialismo Histórico”, essas experiências estão determinadas pelas relações de produção e pelas condições materiais em que as pessoas vivem. A base material da sociedade (as forças produtivas e as relações de produção) determina a superestrutura (as ideias, culturas e instituições políticas). Assim, nossas ideias e consciências não surgem de forma independente, mas são reflexos das condições materiais e históricas em que nos encontramos, tal como a imagem invertida na retina é um reflexo inevitável do processo físico da visão.

Para Marx, a ideologia é uma falsa representação da realidade, uma ilusão que distorce a verdade sobre as condições materiais da vida se opondo à realidade, ou seja, não corresponde fielmente às condições materiais e históricas.

2.4.2 A Visão de Althusser

Althusser critica a visão de ideologia como mera "falsa consciência". Ele argumenta que a ideologia é um componente essencial e constitutivo das estruturas sociais. Em vez de representar diretamente as condições de existência, a ideologia representa a relação dos indivíduos com essas condições. A ideologia, portanto, é sobre como as pessoas percebem e se relacionam com a realidade. Althusser introduz a noção de prática, onde a ideologia se manifesta nas ações e nos rituais cotidianos das pessoas. A ideologia é vivida através de práticas materiais.

Enquanto os “Aparelhos Repressivos de Estado” (como a polícia e o exército) operam pela força, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), como escolas e igrejas, operam

predominantemente através da ideologia, moldando as crenças e comportamentos das pessoas. Os AIE garantem a continuidade das relações de produção ao perpetuar as ideologias das classes dominantes, mantendo a ordem social.

A ideologia interpela os indivíduos, transformando-os em sujeitos. Este processo cria uma relação especular, onde o sujeito se reconhece dentro da ideologia e, ao mesmo tempo, se submete a ela. Os sujeitos se reconhecem dentro da ideologia, mas ao fazer isso, não percebem sua submissão a ela. Este reconhecimento é necessário para a manutenção da ordem social. Para Peixoto, De Alencar e Ferreira (2019), o pensamento de Althusser se caracteriza:

[...] Presumindo que toda realidade social se constitua a partir de modos de produção dominantes e que, portanto, é o processo mesmo de produção que movimenta as forças produtivas, decorre que a formação da sociedade, ao mesmo tempo em que produz (e para produzir), deve reproduzir as suas condições de produção. Isto não é outra coisa senão o funcionamento mesmo da ideologia. As práticas de (re)produção consistem na materialidade da ideologia (ideologia é prática), uma vez que toda prática existe através de e sob uma ideologia (Peixoto, De Alencar e Ferreira, 2019).

Então, podemos dizer que Althusser redefine a ideologia como uma prática social indispensável para a vida histórica das sociedades. Ele enfatiza que a ideologia não apenas disfarça a realidade, mas é um processo ativo que estrutura e reproduz as condições sociais através de práticas materiais e rituais. Para Peixoto, De Alencar e Ferreira (2019), Althusser, ao recorrer à psicanálise lacaniana, defende que a ideologia funciona através de uma estrutura de dupla relação especular, pois “toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito”. Isso significa que o sujeito é, ao mesmo tempo, quem age e quem está subordinada ao "Outro". Esse "Outro" representa a ideologia, composta por valores e crenças que constantemente influenciam e moldam suas ações e pensamentos.

2.4.3 A Visão da Análise do Discurso

Pêcheux busca desenvolver uma explicação sobre como as ideologias contribuem para a reprodução (manutenção) e transformação (mudança) das relações de produção em uma sociedade. Ele usa uma abordagem baseada na teoria materialista do discurso, que integra a análise do discurso com fundamentos materialistas, ou seja, que focam nas condições materiais, econômicas e sociais subjacentes aos fenômenos ideológicos.

A materialidade ideológica refere-se à ideia de que a ideologia tem uma existência concreta e real, influenciando e sendo influenciada pelas condições materiais. Pêcheux,

seguindo Louis Althusser, argumenta que a ideologia está profundamente ligada à economia. A materialidade econômica determina como a ideologia funciona, pois a ideologia serve como uma condição necessária para a reprodução das relações econômicas, ou seja, ela ajuda a manter o sistema econômico existente ao influenciar as relações de produção.

Pêcheux argumenta que, embora os AIE ajudem a manter as relações de classe, há momentos históricos em que esses mecanismos são interrompidos. Conflitos políticos e ideológicos dentro dos AIE podem levar a uma crise que rompe a continuidade da reprodução das relações de classe. É nesses momentos que as Formações Ideológicas (FI) se tornam essenciais para entender as mudanças. Pêcheux percebe que “em certos momentos históricos, essa reprodução contínua das relações de classe é interrompida devido a conflitos políticos e ideológicos dentro dos AIE. Por isso, é necessário pensar em formações ideológicas (FI).” (Peixoto, De Alencar e Ferreira (2019). Michel Pêcheux cria duas correntes:

A. Formações Ideológicas (FI): são conjuntos complexos de atitudes e representações que estão ligadas a posições de classe em conflito. As FI não são individuais nem universais; elas refletem as relações de poder e conflito entre classes.

B. Formações Discursivas (FD): são subcomponentes das FI e determinam o que pode e deve ser dito em diferentes contextos sociais e culturais. As FD são importantes para entender como a ideologia se manifesta concretamente na linguagem e no discurso. Para Peixoto, De Alencar e Ferreira (2019):

O processo de reprodução e transformação deve ser entendido como intrinsecamente contraditório devido à luta de classes. Não se pode considerar aspectos que contribuem exclusivamente para a reprodução ou transformação, uma vez que a luta de classes permeia os AIE. Isso significa que não há uma correspondência direta entre ideologias e classes, e que os AIE não são meramente a expressão de uma ideologia dominante ou de uma ideologia geral. Eles são o local e o meio onde a ideologia da classe dominante se realiza e se torna dominante (Peixoto, De Alencar e Ferreira, 2019).

Pêcheux, seguindo a mesma tese de Althusser, vê a ideologia como uma força material e concreta que é crucial para a reprodução das relações econômicas. Ele desenvolve a AD para analisar criticamente como os textos significam e não apenas o que significam, incorporando elementos do materialismo histórico, linguística estruturalista e teoria do discurso. As “Formações Ideológicas e Discursivas” são conceitos centrais para entender as lutas de classe e as transformações sociais.

Seguindo essa linha de pensamento, Orlandi (2000, p. 46), vê a necessidade de uma “teoria materialista” do discurso “uma teoria não subjetivista da subjetividade - em que se possa trabalhar esse efeito de evidência dos sujeitos e também dos sentidos”. Segundo Faustino (2023):

O materialismo do discurso permite uma análise mais aprofundada dos efeitos de evidência produzidos pelos sujeitos e pelos sentidos, questionando a aparente transparência da linguagem e reconhecendo que os sentidos são construídos dentro de determinados contextos ideológicos, históricos e sociais (Faustino, 2023, p. 26).

Isso significa que, ao considerar o materialismo do discurso, podemos entender melhor como as palavras e frases utilizadas pelas pessoas criam a impressão de verdade ou realidade. Esses "efeitos de evidência" são as maneiras pelas quais os discursos são percebidos como convincentes ou factuais. O discurso não é apenas uma série de palavras neutras, mas está enraizado em contextos materiais como a ideologia, história e sociedade. Ou seja, o discurso é influenciado por fatores concretos e palpáveis da realidade. Os sujeitos (pessoas que falam ou escrevem) e os sentidos (significados) que atribuem às suas palavras desempenham um papel crucial na construção dessas evidências. O que alguém diz e o sentido que dá a isso são influenciados por sua posição social, histórica e ideológica.

Muitas vezes, pensamos que a linguagem é clara e direta, mas essa visão é superficial. A linguagem carrega consigo camadas de significados que não são imediatamente visíveis e que são influenciadas por contextos mais profundos. Os significados não são fixos nem universais; eles são criados e alterados dependendo do contexto em que são usados. Ideologias, eventos históricos e a estrutura social moldam como as palavras e frases são entendidas e quais efeitos de evidência produzem. Segundo Faustino (2023):

A ideologia não deve ser vista simplesmente como um conjunto de representações ou como uma visão de mundo que oculta a realidade. Isso significa que a ideologia não está "fora" da realidade, mas é parte integrante dela, surgindo como “efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido”. Ela age como uma mediadora entre a linguagem e o mundo, permitindo que as palavras "colem" às coisas (Faustino, 2023, p. 26).

A ideologia desempenha um papel crucial na formação do sujeito, ou seja, na maneira como as pessoas se entendem e se posicionam no mundo (ORLANDI 2005, p. 48). A ideologia

chama o sujeito a ocupar certas posições e identidades dentro do discurso. Este chamado da ideologia é o que permite ao sujeito desenvolver sua capacidade de expressão e participação em práticas discursivas, inaugurando assim a discursividade. Em outras palavras, é através da ideologia que o sujeito ganha a habilidade de se envolver em conversas e atividades comunicativas. A ideologia também tende a apagar a origem histórica da linguagem. Isso significa que, ao moldar a maneira como os sujeitos se expressam e entendem o mundo, a ideologia muitas vezes esconde o fato de que a linguagem e os significados são produtos de contextos históricos específicos.

Segundo Voss (2011), a relação entre ideologia e formações imaginárias, dentro da perspectiva de Michel Pêcheux, deve ser pensada em paralelo ao conceito de formação discursiva e ao funcionamento do sujeito do discurso. O segundo esquecimento, em particular, é crucial para entender como o sujeito é posicionado dentro de um discurso, pois revela que a língua organiza as relações de sentido de tal forma que o sujeito tem a impressão de que "o sentido é o que é". Isso significa que as escolhas lexicais e morfossintáticas feitas no discurso dão ao sujeito a ilusão de que ele controla o que diz, quando, na verdade, essas escolhas estão condicionadas por uma rede complexa de determinações ideológicas e históricas. Voss (2011) explica que:

Analisar as formações imaginárias é, nesse sentido, trabalhar com as possibilidades de posição-sujeito no funcionamento de uma ou mais formações discursivas, discutindo as imagens que os sujeitos fazem de si na cena enunciativa e relacionando essas imagens às determinações (o que pode e deve ser dito) dessas formações discursivas e de suas relações de dominância sob determinadas condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. (Voss, 2011, p. 02).

Portanto, as formações discursivas são moldadas pelas condições ideológicas vigentes e, por isso, regulam os limites do que é permitido dizer e do que é rejeitado ou silenciado no discurso. As formações imaginárias estão diretamente relacionadas ao modo como as formações discursivas, sob a influência das ideologias, estruturam o pensamento e a ação do sujeito no mundo.

2.4 A Formação Discursiva

As formações discursivas são as formas como o discurso é estruturado e organizado. Isso não se limita às palavras usadas, mas também às normas sociais, valores e convenções que

influenciam o modo como o discurso é produzido e compreendido. Em outras palavras, a forma como compreendemos e interpretamos o que é dito está profundamente ligada às ideologias que norteiam nossa sociedade e cultura (Rocha; Da Silva; De Oliveira, 2023, p. 220 apud Orlandi, 2003).

A questão do sentido é fundamental para a AD, pois a linguagem é linguagem porque faz sentido, e a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história: “O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele” (Rocha; Da Silva; De Oliveira, 2023, p. 220 apud Orlandi, 2003).

De acordo com Pêcheux, "domínios de pensamento" são as estruturas mentais que utilizamos para compreender o mundo ao nosso redor. Não são fixos, mas sim influenciados pelo contexto social e histórico. Os "pontos de estabilidade" são padrões de pensamento que se desenvolvem em uma cultura e nos auxiliam a compreender a realidade. Eles interferem na percepção, compreensão, ação, medo e expectativa (Faustino, 2023, p. 28 apud Pêcheux 1975, p. 161-162).

Ao empregarmos uma palavra, ela não está isolada, mas sim ligada a outras palavras e ideias, formando um discurso. Esse discurso é construído através da interação com outros discursos que estão na nossa mente ou guardados na memória, como experiências anteriores, conversas anteriores, leituras, etc. O significado de uma palavra ou expressão não se limita ao seu significado individual, mas também às relações que estabelece com um contexto discursivo mais amplo. Essas relações são denominadas "formações discursivas" e são fundamentais para dar significado às palavras e criar significados complexos. Dessa forma, os significados das palavras são dinâmicos e variáveis, dependendo das relações que são estabelecidas nos discursos em que estão inseridas. Então, segundo Orlandi (2019, p. 45), uma palavra pode ter significados distintos, dependendo do contexto em que é empregada, ou seja, da formação discursiva em que está inserida. A palavra "banco" pode ser entendida como um lugar para sentar ou uma instituição financeira. O analista é um profissional que analisa o discurso para compreender como os significados são construídos. Isso requer a análise das condições sob as quais o discurso foi elaborado.

Ao analisar o discurso dentro de uma formação discursiva específica, o analista pode compreender melhor o significado do que está sendo dito. Em outras palavras, compreender

como o contexto afeta a interpretação das palavras e como essas palavras são usadas para criar significados dentro desse contexto específico.

2.5 O Sujeito

Na análise de discurso, o conceito de sujeito é fragmentado e múltiplo, ao invés de ser uma entidade única. A AD considera o sujeito como uma construção que surge através da linguagem, e sua formação é influenciada por diversos fatores externos. Em outras palavras, somos influenciados por diversos fatores externos, tais como a cultura, a sociedade e as interações linguísticas (Ferraz, 2018).

O sujeito não surge por si só ou como consequência de uma série de eventos. Ao invés disso, ele é uma consequência direta da ideologia. Desde o nascimento, a pessoa está inserida em um contexto ideológico. Por exemplo, quando nasce, uma criança recebe um nome e uma identidade que são influenciados pela família e pela sociedade em que está inserida. Essa família é composta por diversas ideologias, como as religiosas, políticas e culturais, que moldam suas crenças e práticas (Ferraz, 2018 apud Althusser, 1974). O ponto central é que o indivíduo não escolhe ser sujeito; essa identidade lhe é imposta.

Sendo assim, desde o nascimento, o indivíduo está inserido em um contexto histórico e social específico, onde se espera que ele tenha um papel no sistema produtivo, contribuindo para a economia e a sociedade (Ferraz, 2018).

A identidade e a consciência de uma pessoa são consequências de dois fatores principais: o inconsciente e a ideologia. Isto quer dizer que uma parte da nossa identidade e das nossas ações é influenciada por processos mentais que não são conscientemente identificados. Em outras palavras, o inconsciente organiza os nossos pensamentos e desejos de maneira semelhante à linguagem, com regras e estruturas próprias que interferem no nosso comportamento e na nossa percepção de nós mesmos (Ferraz, 2018 apud Lacan, 2003).

A influência inconsciente e a ideologia têm a capacidade de ocultar a própria influência. Isso quer dizer que eles operam de tal forma que não percebemos de forma clara como influenciam nossas percepções, pensamentos e comportamentos. Apesar de parecerem naturais e inevitáveis, são construções que moldam nossa identidade e nossa perspectiva de mundo (Ferraz, 2018 apud Althusser, 1974, p.152). Se a língua é equivocada, logo, o sujeito e seu discurso também o são, “O equivoco é, portanto, a dimensão onde todo enunciado está “susceptível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (Ferraz, 2018 apud Pêcheux, 2006, p.53).

Pêcheux defende que o sujeito não tem controle absoluto sobre suas ações, pensamentos ou identidade. Ele não é um agente totalmente autônomo e independente. No entanto, o indivíduo não está apto a permanecer preso a uma única identidade ou documento. Ele tem a capacidade de alterar e se transformar. Significa que o indivíduo pode modificar sua posição social, ideológica ou discursiva. Ele pode assumir diferentes perspectivas, crenças ou comportamentos ao longo do tempo. A linguagem e o contexto histórico-cultural influenciam e moldam o indivíduo. A forma como o indivíduo pensa, fala e age é determinada pelo ambiente social e histórico em que vive. (Ferraz, 2018).

3 O IMPERIALISMO OCIDENTAL MODERNO

A lógica por trás do imperialismo midiático está intrinsecamente conectada ao que podemos chamar de imperialismo ocidental. O poder midiático, nesse sentido, torna-se central para manter a hegemonia ocidental, ao perpetuar visões de mundo que legitimam suas ações e enfraquecem outras culturas e ideologias. A supremacia ocidental na mídia global não é apenas econômica, mas também simbólica e ideológica. Isso reforça a ideia de que o Ocidente se posiciona como o “guardião da civilização”, justificando sua intervenção em outras nações sob o pretexto de defender a liberdade, os direitos humanos e a democracia.

Segundo Ali (2006), o imperialismo não é uma palavra usada no Ocidente, em especial, nos Estados Unidos:

Em todas as minhas viagens pelos Estados Unidos, sempre achei o país muito estranho - esta é uma palavra que os americanos não gostam. Em parte por causa da Guerra Fria e em parte porque desafia sua auto-imagem. Mas foi uma palavra bastante usada na época em que o império britânico dominava. As revistas liberais nos Estados Unidos atacavam constantemente o império britânico; na véspera da Segunda Guerra Mundial, uma série de artigos na revista *New Republic* sugeriu que não havia muita diferença entre o império britânico e Hitler. Esta hostilidade ao Império Britânico existia há bastante tempo por causa das origens do Estado americano; portanto, os americanos estavam muito relutantes em aceitar que seu próprio país tivesse todos os atributos de um império desde o início. Eles partiam do princípio de que um império era composto de colônias no exterior, governadas e administradas por cidadãos do país imperial, como a Grã-Bretanha na Índia, a França na Argélia, a Alemanha na Namíbia, ou a Bélgica no Congo (Ali, 2006, p.19).

Para Mendes (2005), o século XIX foi um período crucial para os Estados Unidos (EUA), onde consolidou o seu poder econômico, militar e político. Durante esse tempo, o país passou por várias expansões territoriais, alcançando a vasta extensão que possui hoje, impulsionado por diferentes fatores. Nesse mesmo século, ocorreu a Guerra Civil de 1861 a 1865, o conflito mais letal da história dos EUA. Essa guerra foi impulsionada por diferentes visões de sociedade, envolvendo questões como a moral do trabalho, a hierarquia social e diferentes modelos econômicos. O resultado foi a dissolução de estruturas regionais, levando a uma maior unificação do país. Outro aspecto importante desse período foi o processo de industrialização. Segundo Mendes (Idem):

Por um lado, foi somente com a Guerra de Secessão que se consolidou a hegemonia da burguesia industrial no controle político do país, através do Partido Republicano,

viabilizando a implementação de uma política de Estado fundada na industrialização. Contudo, o desenvolvimento desse processo já vinha desde princípios do XIX. O avanço da fronteira em direção ao Pacífico proporcionou o acesso a uma soma indiscutivelmente enorme de matérias-primas. Da mesma forma, a chamada “marcha para o oeste” representou um potencial de atração para inúmeros trabalhadores e camponeses europeus que, magnetizados pela possibilidade do acesso à terra e pela chance de ascensão social, colaboraram para a formação do exército de mão-de-obra que viabilizou a substituição das manufaturas pelas indústrias. Foi justamente nesse século, marcado por inúmeras transformações sociais, políticas e intelectuais, que o mundo, e particularmente a América Latina, assistiram ao aparecimento do imperialismo externo ao subcontinente norte-americano (Mendes, 2018, p. 02).

Na década de 1820, o presidente James Monroe apresentou a Doutrina Monroe, influenciado em grande parte por seu Secretário de Estado, John Quincy Adams. Essa doutrina fundamentava-se em dois princípios principais. O primeiro reconhecia o direito dos novos países da América Latina à liberdade e independência, afirmando que essas nações não deveriam ser alvos de novas tentativas de colonização por parte das potências europeias. Esse ponto enfatiza a ideia de que as nações latino-americanas deveriam ser livres para determinar seu próprio futuro, sem a intervenção de forças externas (Mendes, 2005). Historiadores que investigam as raízes do imperialismo norte-americano frequentemente consideram essa doutrina um momento crucial. Eles argumentam que a famosa frase "A América para os americanos" refletia uma intenção clara dos Estados Unidos de exercer controle e influência sobre o continente. Essa expressão não apenas proclamava a autonomia das nações latino-americanas, mas também insinuava que os EUA se sentiam no direito de intervir nos assuntos desses países (Mendes, Idem).

Ali (2006) explica que os EUA adotaram uma postura expansionista tanto em seu território quanto além dele, similar a outras potências da época, como a Rússia czarista. No início, a expansão se deu internamente, com a conquista de terras indígenas e a incorporação de territórios do México, resultado de uma combinação de guerra e anexação. Esse expansionismo interno foi, posteriormente, acompanhado por uma política externa intervencionista na América Latina, formalizada pela Doutrina Monroe, que estabelecia que a região era uma zona de influência exclusiva dos Estados Unidos. Isso legitimou uma série de intervenções militares nos países latino-americanos, especialmente na América Central, para proteger os interesses de corporações americanas. Foi nesse contexto que surgiu o conceito de "repúblicas das bananas", em referência à dominação econômica exercida pelas empresas

americanas, com apoio militar, sobre países cuja economia era extremamente dependente da exportação de produtos agrícolas.

Portanto, o processo de expansão dos EUA, não é apenas uma questão territorial ou econômica, mas também uma reação ao contexto global, especialmente às ameaças ideológicas que emergiram no século XX.

Embora os Estados Unidos já tivessem controle considerável sobre a América Latina, a necessidade de expandir sua influência além dessa região não surgiu por uma escassez de recursos, já que o país possuía vasto território e riquezas naturais. A motivação real, segundo o autor, foi a Revolução Russa, que colocou o socialismo como uma força global em ascensão e ameaçou o sistema capitalista mundial. Esse evento fez com que os Estados Unidos vissem a necessidade de ampliar seu domínio para além da América Latina, de modo a proteger seus interesses econômicos e ideológicos, consolidando o que se tornaria um império global na defesa do capitalismo e contra a expansão do socialismo.

Apesar de grupos de pessoas terem experimentado experiências semelhantes, como a colonização, suas histórias e culturas se desenvolveram de forma única e distinta. Muitas sociedades foram dominadas por potências estrangeiras, mas essas experiências não foram exatamente iguais. Cada sociedade teve uma trajetória distinta, influenciada pelo tipo de domínio exercido, a duração do domínio e a forma como as culturas interagem (Sundaram, 2024). As experiências de dominação não se limitam a experiências passadas, mas o impacto do controle estrangeiro ainda pode ser relevante ou estar presente em determinados setores. O poder exercido pelos dominadores estrangeiros é complexo. Ele envolve uma combinação de fatores socioeconômicos (economia e classes sociais) e políticos (leis, governo e poder político). A dominação estrangeira também afeta aspectos como a forma como as sociedades são organizadas e administradas e o Estado de direito (o princípio de que todos os membros da sociedade, inclusive os governantes, estão sujeitos às leis estabelecidas) Para Sundaram (2024):

O nosso mundo tem visto impérios e imperialismo há mais de dois milênios, pelo menos desde antes da época em que Jesus viveu na Palestina, que então teve de lidar com os sátrapas do Império Romano. Há meio milênio, quando os conquistadores espanhóis chegaram às Filipinas através do Pacífico em 1521, o povo Mactan, liderado por Lapu-Lapu, ofereceu resistência aos invasores. Magalhães incendiou as suas aldeias depois dos seus habitantes ignorarem as suas exigências de tributo e se recusarem a aceitar o seu deus e rei (Sundaram, 2024).

Para Sundaram (2024), o imperialismo não é um fenômeno estático; ele evolui constantemente em resposta às mudanças políticas, econômicas e sociais globais. O imperialismo interage de diversas maneiras desde meados do século XIX com o capital (dinheiro e recursos econômicos) e com diferentes sistemas capitalistas. Isso quer dizer que ele se adaptou às circunstâncias socioeconômicas de cada época e lugar.

Sayyid Jamaluddin al-Afghani, pensador e ativista afegão, que desenvolveu uma crítica islâmica ao imperialismo ocidental, foi um deles. Dadabhai Naoroji, intelectual, educador, empresário e político indiano que se tornou membro liberal do Parlamento inglês, foi o outro. Ambos analisaram as repercussões do imperialismo nas suas próprias linguagens culturais, condenando a injustiça e o “escoamento” do excedente econômico. Eles escreveram décadas antes de escritores ocidentais radicais, como o liberal inglês John A. Hobson e os social-democratas do início do século XX, como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lenin, publicarem seus respectivos trabalhos sobre o assunto. Todos eles ligaram o novo imperialismo à transformação capitalista em curso (Sundaram, 2024).

Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, percebeu que a rivalidade entre as potências coloniais poderia comprometer a estabilidade do capitalismo global e dos interesses imperialistas. Ele planejou uma nova ordem mundial após a guerra, incluindo a descolonização, para manter a supremacia imperialista de forma renovada e sustentável. A visão de Roosevelt resultou na criação de instituições internacionais relevantes, como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Essas instituições multilaterais permitiram a criação de uma nova ordem econômica e política global que auxiliou na reconstrução e estabilização do pós-guerra, antecipando iniciativas como o Plano Marshall, que tinha como objetivo a recuperação da Europa (Sundaram, 2024).

Atualmente, face a um capitalismo dividido, mais fraco em alguns aspectos, mas militarmente mais forte, os modos de dominação continuam mudando com consequências importantes. Por exemplo, até ao século XXI, não existia um Comando Africano Americano (Africom) explícito concebido para proteger todos os interesses ocidentais e não apenas os europeus. Outra das “conquistas” de Barack Obama após receber o Prêmio Nobel da Paz foi derrubar o regime líbio. Apesar de ter desistido do seu programa nuclear a pedido do Ocidente, o seu líder Muammar Gaddafi, geralmente reconhecido como um ator-chave no estabelecimento da União Africana, foi assassinado de forma humilhante (Sundaram, 2024).

Segundo Sundaram (2024), o imperialismo é uma força dinâmica que continua a influenciar a realidade global. Os países em desenvolvimento, muitas vezes mais vulneráveis às suas influências, precisam constantemente rever e atualizar sua compreensão sobre como o imperialismo funciona e quais são suas características atuais. O imperialismo ainda é o principal desafio que os países em desenvolvimento enfrentam, especialmente no Sul global (regiões da África, Ásia, América Latina e Oceania).

3.1 O Ocidente, a sua mentalidade e memória

Ao identificar o que constitui o Ocidente, podemos analisar como seus valores e práticas se tornam padrões universais. Essa hegemonia muitas vezes marginaliza outras culturas e visões de mundo, impondo uma perspectiva ocidental sobre a maneira como as sociedades devem se organizar e se desenvolver.

Segundo Ziegler (2011), o termo "Ocidente" origina-se do latim *occidere*, que significa "cair". Na antiguidade, esse termo referia-se à região onde o Sol se põe, em contraste com a "nascente", onde o Sol se levanta. Os alemães preservaram esse conceito ao utilizar as palavras *Morgenland* (região da manhã) e *Abendland* (região da noite). Assim, podemos afirmar que o termo "Ocidente" essencialmente designa um território.

No entanto, é importante reconhecer que o Ocidente nunca foi estático. As fronteiras do que consideramos o "Ocidente" mudaram significativamente ao longo do tempo, refletindo transformações culturais, políticas e históricas. Inicialmente, o conceito de Ocidente estava intrinsecamente ligado à Europa. Contudo, com o "descobrimento" da América, o Ocidente expandiu-se, tornando-se euro-atlântico. Além disso, o Ocidente passou a ser definido não apenas pelos territórios que aspiram a fazer parte dele, mas também por aquilo que ele rejeita. (Ziegler, 2011, p.34). Segundo Ziegler (2011):

Ocidente e cristandade seguirão misturados durante todo o período das cruzadas, até o século XIV. Mas isso não ocorre mais nos dias de hoje, visto que a Europa se encontra amplamente descristianizada. O único continente onde os cristãos são realmente numerosos, onde o cristianismo está realmente vivo, é a América (e sobretudo a América do Sul) [...] Do século XVI ao século XIX, durante o período da conquista colonial (europeia) da África, da Ásia e da Oceania, os ocidentais eram "os brancos". Nos livros escolares da primeira metade do século XX, "brancos" e "ocidentais" aparecem como sinônimos. Atualmente, a referência à "raça",

desacreditada no plano científico, encontra-se oficialmente banida do vocabulário (Ziegler, 2011, p. 34).

Ainda segundo Ziegler (idem), o Ocidente, em sua formação histórica e cultural, carrega consigo profundas raízes de ideias racista, já que por um certo tempo o Ocidente era chamado nos livros educacionais franceses de “Branços”. Essa visão maniqueísta e racista pode ser rastreada até eventos históricos como a queda de Roma, onde os povos germânicos não eram vistos como nações com identidades próprias, mas sim como "bárbaros", uma categoria desumanizante que justificava a marginalização e o conflito. Essa visão dualista, onde o mal é externalizado e personificado em figuras como o Diabo, encontra ressonância preocupante na forma como certos grupos são tratados ao longo da história e até hoje. Imigrantes muçulmanos, por exemplo, muitas vezes são vistos como ameaças à "civilização ocidental", sendo injustamente associados ao terrorismo e à violência. Essa estigmatização reflete a mesma lógica dualista, que reduz complexas realidades sociais a uma luta entre o "bem" e o "mal".

Da mesma forma, durante a era nazista, os judeus foram retratados como o inimigo interno, responsáveis por todos os males da sociedade alemã. Essa desumanização justificou atrocidades, como o Holocausto, ao transformar um grupo inteiro de pessoas em encarnações do mal. O mesmo tipo de lógica tem sido aplicado a outras minorias ao longo da história, como os chineses, que enfrentaram discriminação e violência, e os homossexuais, que foram (e em muitos lugares ainda são) vistos como desviantes ou ameaças à ordem moral.

Um outro exemplo contemporâneo é a forma como a mídia ocidental retrata práticas culturais asiáticas, como o consumo de carne de cachorro. Em vez de contextualizar tais práticas dentro de suas raízes históricas e culturais, essas atitudes são frequentemente tratadas como atrasadas e grotescas, reforçando a ideia de uma hierarquia cultural em que o Ocidente se coloca como padrão civilizatório.

Em uma de suas conferências em 1976 na Universidade de Johns Hopkins, o historiador francês Fernand Braudel caracterizou a essência do Ocidente com o seu modo de produção, o capitalismo, que, por sua vez, está ligado ao ideal de conquista planetária. Para Ziegler (2011):

Ele identificou várias manifestações concretas dessa vontade de conquista e dessa pretensão universalista do Ocidente. Motivados pelo desejo de conquista, os dirigentes do mundo euro-atlântico afirmam defender e, se necessário, estar dispostos a impor a toda superfície do globo os “direitos humanos” e esta forma de governo que chamam de “democracia”. A pretensão universalista de sua cultura os leva logicamente a rejeitar e negar todas as outras culturas e todos os outros tipos de

civilização [...] já que estão associadas a outros modos de produção econômica. (Ziegler, 2011, p. 35).

Uma outra manifestação desse desejo pretensioso de universalismo e conquista mundial leva os líderes ocidentais a proclamarem a existência de leis econômicas e científicas de mercado como algo imutável e inquestionavelmente científico. Essas leis, por sua vez, são apresentadas como se fossem equivalentes às leis naturais, estabelecendo uma narrativa que sugere que não há alternativa além da conformidade (Ziegler, 2011).

Essa lógica é amplamente reforçada por instituições como o Fundo Monetário Internacional (IMF) e o Banco Mundial, que desempenham papéis centrais na disseminação e imposição dessas "leis" econômicas globais. Ambos os organismos, historicamente influenciados por interesses ocidentais, condicionam a assistência financeira e os empréstimos a países em desenvolvimento à adoção de políticas econômicas que seguem estritamente os princípios do mercado livre, austeridade fiscal e abertura de mercados. Essas políticas, frequentemente referidas como "reformas estruturais", são apresentadas como imperativos técnicos e científicos, necessários para o crescimento econômico e a integração global.

Para os povos fora do eixo ocidental, esse discurso cria uma imposição, que se quiserem alcançar o desenvolvimento, precisam necessariamente se submeter a essas "leis ocidentais". Assim, a ideia de progresso e sucesso é condicionada à aceitação de um conjunto de regras que foram definidas e moldadas a partir de uma perspectiva ocidental, muitas vezes desconsiderando as realidades, necessidades e contextos locais.

Essa dinâmica reforça a hegemonia do Ocidente e perpetua uma forma de colonialismo contemporâneo, onde a soberania econômica e a autodeterminação de nações não-ocidentais são limitadas por uma suposta inevitabilidade dessas "leis" globais. Ao se apresentarem como naturais e universais, essas regras econômicas e científicas servem para legitimar a dominação e a perpetuação de desigualdades, ao mesmo tempo em que reduzem a diversidade de sistemas econômicos e de pensamento a uma única narrativa dominante.

4 MÍDIA E IMPERIALISMO

Para compreendermos o conceito de imperialismo midiático, é fundamental primeiro entender o que significa "midiático". Para Laurentiz (2013), a palavra "mídia" é uma adaptação do termo em inglês *media*, que é o plural de *medium*, significando "meios". O termo se refere principalmente aos meios de comunicação, ou seja, os canais que utilizamos para transmitir informações.

Para McLuhan (2012), o "meio", ou seja, a tecnologia ou veículo de comunicação, exerce uma influência muito mais profunda e duradoura nas estruturas sociais e nas interações humanas do que o próprio conteúdo transmitido através dele. Por exemplo, McLuhan menciona a rodovia para explicar como esses meios alteram a forma como as pessoas trabalham, se relacionam e participam da sociedade. A rodovia cria novos papéis de participação, um efeito profundo nas relações humanas, independente de como a rodovia é usada. O ponto é que o impacto maior está na mudança estrutural (ecossistema) que essa tecnologia traz, como novas formas de associação humana, de cidades ou de trabalho, e não no conteúdo que ela transmite diretamente.

Sendo assim, para McLuhan (Idem), "mídia" é muito mais do que apenas veículos de comunicação tradicionais, como jornal, rádio, TV ou internet. Ele utiliza o termo de forma abrangente para se referir a qualquer extensão do ser humano, ou seja, qualquer tecnologia ou ferramenta que amplie nossas capacidades físicas, sensoriais ou cognitivas, proporcionando uma "comunicação" com o mundo. Ele explica isso por meio de sua famosa frase "o meio é a mensagem", que significa que as mudanças causadas pela presença de um meio em nossa vida são mais importantes do que a mensagem que ele transmite. Um dos exemplos mais emblemáticos é o do telégrafo, que, ao conectar distâncias longas em segundos, não só transmitiu mensagens, mas alterou completamente o ritmo da comunicação e o conceito de proximidade e tempo. A ferrovia, por sua vez, não apenas transportava mercadorias e pessoas; ela mudou a maneira como as cidades se estruturam e como as distâncias eram percebidas, criando novos centros urbanos ao redor das estações.

A luz elétrica, um dos exemplos favoritos de McLuhan, não tem conteúdo por si só, mas sua introdução permite a reorganização de atividades humanas ao longo do dia, expandindo o horário de trabalho e lazer. Ela permitiu, por exemplo, que cirurgias pudessem ser feitas à noite, ou que partidas de beisebol acontecessem à noite, mas o impacto mais profundo foi a capacidade de alterar os hábitos e rotinas sociais.

Outro exemplo é a escrita, que não só armazenou ideias, mas transformou o pensamento humano, promovendo um tipo de raciocínio linear e sequencial que deu origem a novas formas de organização social, como as leis e os sistemas burocráticos. Já o rádio, ao atingir milhões de pessoas simultaneamente, trouxe uma nova forma de comunicação em massa que unificou experiências culturais e influenciou fortemente a política, como nos discursos de líderes e campanhas. A televisão, mais do que apenas um canal para programas, transformou a forma como as pessoas consomem informações e se relacionam com o mundo, promovendo uma cultura mais visual e imediata.

Esses exemplos mostram que, para McLuhan (2012), cada nova mídia altera as estruturas da sociedade em níveis profundos, indo muito além do simples conteúdo que elas transmitem. As mudanças mais relevantes estão nas maneiras como essas tecnologias moldam nossas percepções, comportamentos e a forma como nos organizamos socialmente.

Nas sociedades contemporâneas, a mídia massiva se tornou a principal fonte de informação e influência para a maior parte das pessoas. Ela se sobrepõe a instituições que tradicionalmente exerciam essa função, como a família, a escola, as igrejas, os sindicatos e os partidos políticos. Hoje, a mídia massiva é a principal ferramenta através da qual as pessoas obtêm informações e formam opiniões, influenciando suas decisões cotidianas, incluindo decisões políticas. Esse poder de moldar a opinião pública confere à mídia uma posição de destaque na sociedade, tornando-a essencial para o funcionamento da vida social e política moderna (LIMA, 2001 apud GUAZINA 2007).

Para Guazina (2007), com o fortalecimento da indústria cultural e o desenvolvimento de uma comunicação de massa, a relação entre o campo da política e o papel da comunicação nas sociedades ocidentais se torna cada vez mais evidente. Isso levou a um avanço nas pesquisas dessa área, que não poderiam mais se limitar a estudos isolados de um determinado meio ou veículo de comunicação. Ou seja, os meios de comunicação deixaram de ser vistos apenas como canais que transmitem informação. Em vez disso, passaram a ser entendidos como poderosos agentes de construção de conhecimento e de formação da opinião pública. Eles desempenham um papel central ao definir quais temas serão discutidos pela sociedade e influenciam como as pessoas compreendem o mundo ao seu redor, especialmente em relação à política.

4.1 Definindo o Imperialismo Midiático

Para Anaz (2012), o conceito de "imperialismo midiático" refere-se à influência e ao poder que os meios de comunicação de massa exercem sobre as audiências. Essa ideia está

intimamente associada à teoria crítica da comunicação que surgiu com os pensadores da Escola de Frankfurt. Ao citar Pierre Bourdieu em seu artigo, Anaz (idem) explica que Bourdieu defende a ideia de que as produções simbólicas, que englobam produtos culturais, acadêmicos e midiáticos, são utilizadas como instrumentos de dominação, servindo aos interesses das classes dominantes. Segundo ele, essas produções ajudam a manter a estrutura de poder ao moldar percepções e valores que beneficiam as elites. A cultura, a educação e os meios de comunicação funcionam, portanto, como mecanismos que reproduzem e legitimam a ordem social existente. As classes dominantes utilizam esses instrumentos simbólicos para naturalizar suas posições de poder e justificar as desigualdades sociais.

Bourdieu e Loïc Wacquant (2000), expandem essa análise para o papel que os grandes meios de comunicação e certas instituições internacionais desempenham na disseminação de ideologias globais, como a "globalização" e o "multiculturalismo". Eles argumentam que essas instituições, muitas vezes apresentadas como neutras e objetivas, como o Banco Mundial, a Comissão Europeia e a London School of Economics, na verdade, promovem uma visão de mundo que favorece o neoliberalismo e a ordem econômica global controlada por países e corporações ocidentais. Bourdieu e Wacquant veem a mídia como um vetor central para a propagação dessas ideias. Ao controlar o discurso sobre globalização e multiculturalismo, esses meios legitimam políticas e práticas que favorecem os interesses econômicos das elites globais, mascarando os impactos negativos, como o aumento das desigualdades e a exploração econômica. Assim, a noção de "globalização" é transformada em uma narrativa incontestável, enquanto o "multiculturalismo" é utilizado como uma ferramenta de distração, para desviar a atenção dos reais mecanismos de dominação (Anaz, Idem).

Para Anaz (Idem), o imperialismo midiático é um conceito que se refere à imposição cultural de uma nação dominante sobre outras, principalmente através dos produtos da indústria cultural. A explicação se concentra no fato de que, ao produzir e distribuir em massa conteúdos como filmes, programas de TV e músicas, uma cultura dominante (frequentemente a norte-americana) espalha suas normas, valores e estilo de vida de forma sutil, mas poderosa. Anaz (Idem) explica:

A construção do discurso sobre imperialismo midiático, que, em geral, critica a tendência dos produtos da indústria cultural com mensagens que em seu conteúdo e forma procuram impor um determinado modo de vida de uma cultura dominante sobre outra (geralmente, mensagens que valorizam o modo de vida norte-americano - o "american way of life" - e seus costumes, como o consumismo, em detrimento

dos modos de vida locais), inevitavelmente incorpora um discurso sobre a questão da nacionalidade (Anaz, 2012, p. 07).

O imperialismo midiático então pode ser entendido como a forma de controle que se restringe ao "canal" no Modelo de Comunicação de Jakobson, ou seja, um contato físico a partir do qual se estabelece a comunicação e que envolve também uma conexão psicológica entre remetente e destinatário (Winch; Nascimento, 2012). Ele ocorre quando um país ou grupo dominante utiliza suas vastas capacidades midiáticas (como cinema, televisão, música, notícias e redes sociais) para espalhar suas ideias, valores, formatos e estilo de vida para outras nações, geralmente com menos poder de produção e distribuição midiática.

Se utilizarmos os pensamentos de Anaz (2012) e McLuhan (2012), podemos entender o imperialismo midiático de maneira ampliada. Para Anaz, o imperialismo midiático é a disseminação de ideologias e valores dominantes através da mídia, moldando percepções e marginalizando outras culturas. No entanto, ao integrar as ideias de McLuhan, podemos dizer que o imperialismo midiático também envolve a imposição de um formato.

No caso do jornal, por exemplo, que faz parte do ecossistema midiático, o formato em si exerce uma grande influência. Para McLuhan, o meio é a mensagem, ou seja, a tecnologia de comunicação, como o jornal, impacta as estruturas sociais, cognitivas e culturais de forma mais profunda do que o próprio conteúdo. A estrutura do jornal, com sua forma linear de organizar informações, a seleção de temas, a hierarquização de notícias, impõe uma maneira específica de interpretar o mundo.

Quando pensamos em imperialismo midiático sob essa perspectiva, além da dominação ideológica, estamos falando da imposição de um modelo de mídia que organiza o pensamento e a percepção social. No caso do jornal ocidental, sua adoção global implica não apenas a disseminação de conteúdos ocidentais, mas também a exportação de uma forma de comunicação que privilegia certas formas de conhecimento e suprime outras. Culturas que adotam esse formato de mídia são levadas a reorganizar suas práticas de comunicação e sua maneira de perceber o tempo, os eventos e a realidade.

Podemos usar como exemplo o Repórter Esso, que foi um noticiário do rádio e da televisão brasileira e seguia a versão americana do programa chamado de "Your Esso Reporter". Este foi o primeiro noticiário de radiojornalismo do Brasil¹, cujas matérias eram enviadas por uma agência internacional de notícias, que estava sob o controle dos Estados Unidos, a *United*

¹ MACHADO, Aderson. O Repórter Esso. In: MACHADO, Aderson. O Repórter Esso. [S. l.], 29 mar. 2009. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1511551>. Acesso em: 18 set. 2024.

Press International, que por sua vez participou de um grande esforço para fundar outras “Repórteres Eso” na Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.²

O cinema, como uma das formas mais influentes de mídia, é um meio poderoso para a propagação de valores culturais. Para Fagundes (2020), os filmes norte-americanos mostram a superioridade militar dos Estados Unidos como forma de justificar seu controle global. Em vários filmes, especialmente de ação, guerra e ficção científica, a narrativa frequentemente destaca o poder das forças armadas dos EUA para resolver crises globais, proteger a humanidade ou enfrentar ameaças externas, como alienígenas, terroristas ou até outras nações. Fagundes (Idem), explica:

Destacam-se os americanos como os mais aptos a resolver tais problemas, seja uma vingança familiar ou uma ameaça global. Mostram-se, portanto, superiores na escala evolutiva. Um discurso que se preserva velado, mas que no século XIX era a razão legítima para se usar a violência. As ideias de Adam Smith sobre livre concorrência foram convertidas pelos ideólogos do Oitocentos para legitimar a violência. Daí seguiram-se as ideias de Malthus, Darwin e Spencer, que legitimavam a violência, inclusive “a sobrevivência do mais capacitado”. Uma das formas que os Estados Unidos mostram-se como os mais capacitados a resolver problemas diversos é pelo seu poder de fogo. Muitos filmes criam problemas que conduzem para uma resolução bélica, de modo que os norte-americanos seriam (por terem um grande arsenal) os guardiões do mundo e justiceiros por vocação (Fagundes, 2020)

Além do cinema, outro canal poderoso em que o imperialismo midiático se manifesta é a música. A indústria musical norte-americana tem uma enorme influência no cenário global, exportando artistas, gêneros e estilos que moldam comportamentos e culturas ao redor do mundo. Para Coutinho (2021), a música “de massa” é considerada um meio de construção da hegemonia cultural norte-americana porque ela se espalha facilmente pelo mundo e influencia profundamente comportamentos, estilos de vida e formas de pensar. Gêneros musicais como o *ragtime*, *charleston*, *one-step*, *two-step* e *fox-trot* foram alguns dos primeiros a serem amplamente disseminados, inicialmente por meio de discos. Esses estilos moldaram a forma como as pessoas, fora dos Estados Unidos, passaram a se expressar artisticamente, a dançar, cantar e até a sentir e pensar de maneira semelhante à cultura norte-americana. Ao exportar sua

² AGUIAR, Pedro. United Press International. In: AGUIAR, Pedro. O Repórter Esso. [S. l.], 12 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciasdenoticias.uff.br/2024/02/12/upi/>. Acesso em: 18 set. 2024.

música para o resto do mundo, os Estados Unidos não apenas promovem entretenimento, mas também impõem valores, modas e maneiras de ser, influenciando e, em muitos casos, substituindo e “abafando” as tradições locais. Coutinho (Idem), então explica:

Esse controle envolve a domesticação pela indústria das falas regionais dissonantes, críticas, contestatórias, como o próprio rock. Ao serem assimiladas ao *star system*, essas falas deixam de expressar uma historicidade alternativa, subalterna, perdendo suas características "explosivas". Como assinala Edgar Morin, o próprio de todo esse sistema da cultura de massa é o de circunscrever a tendência dionisíaca, mas sem destruí-la; é o de abafar o subversivismo latente, de maneira a explorá-lo e integrá-lo, descartando toda a tendência rebelde incontrolável. Circunscrever a emoção da música do povo sem suprimi-la, submetendo-a à ideologia do mercado: eis o procedimento típico da indústria da canção (Coutinho, 2021).

Dentro da música então, o procedimento da indústria é permitir que a música popular continue a emocionar, mas dentro dos limites estabelecidos pelo mercado, garantindo que qualquer tendência de rebeldia ou crítica seja explorada comercialmente e integrada ao sistema, sem ameaçar a estrutura dominante. O *K-pop*, apesar de ter origem na Coreia do Sul, exemplifica perfeitamente a lógica descrita sobre o controle e domesticação de expressões culturais pela indústria musical. Embora seja um fenômeno global com identidade sul-coreana, o *K-pop* reflete os mecanismos do imperialismo midiático, pois adota e adapta estilos musicais ocidentais, especialmente aqueles desenvolvidos pela indústria musical dos EUA, como o *pop*, *hip-hop* e *R&B*, para atrair audiências globais. Esse processo de adaptação se encaixa na lógica de domesticação mencionada anteriormente, onde mesmo uma cultura regional ou local com elementos alternativos e inovadores, como o *K-pop*, é moldada pelas fórmulas e estratégias de produção da indústria de massa.

O *K-pop* integra elementos de rebeldia ou novidade, mas dentro dos moldes de uma indústria que controla sua subversividade, ajustando-a às expectativas do mercado global e, especialmente, ao gosto ocidental. Assim, a música sul-coreana, embora tenha sua origem e cultura local, passa a ser circunscrita pelas mesmas forças de exploração comercial que moldam o mercado ocidental, perdendo parte de sua autonomia e originalidade crítica. Ao invés de destruir a cultura sul-coreana, a indústria musical ocidental a incorpora, ajusta e explora comercialmente dentro de um sistema global controlado pela lógica ocidental de mercado, consolidando a hegemonia cultural dos Estados Unidos e da cultura ocidental de maneira mais sutil e globalizada.

4.1.1 O Condicionamento do Formato Midiático no Jornalismo

Neste capítulo, abordaremos como os formatos midiáticos desenvolvidos nos Estados Unidos, desde os jornais impressos até a televisão, foram difundidos e adotados em diferentes contextos ao redor do mundo. Partindo da perspectiva da Análise do Discurso, esta pesquisa sugere que a adoção desses formatos norte-americanos pela mídia brasileira não é um movimento neutro ou desinteressado.

Ao importar tais estruturas, incorporamos padrões concebidos por centros produtores de sentidos que, ao se estabelecerem como dominantes, perpetuam um imperialismo midiático estrutural. Nesse contexto, o impacto vai além dos conteúdos transmitidos, alcançando a maneira como a informação é organizada, apresentada e, sobretudo, percebida e interpretada.

Esse processo de imposição de formas redefine não apenas o suporte técnico, mas também as bases culturais e sociais da comunicação, gerando novas dinâmicas de interação e consumo que transformam a sociedade de forma profunda. Para ilustrar esses impactos, este capítulo traz um exemplo concreto: a chegada da televisão, criada e difundida sob os moldes norte-americanos, em uma pequena vila isolada, demonstrando como esse meio, mais do que uma inovação tecnológica, reconfigura as formas de interação social, percepção do mundo e identidade cultural.

A televisão, desenvolvida nos Estados Unidos, carrega consigo mais do que um avanço tecnológico. Ela é um reflexo de seu contexto de origem, estruturada para atender às demandas culturais, sociais e econômicas de sua sociedade criadora. Quando introduzida em novos territórios, como o Brasil, ela não é simplesmente adotada como uma ferramenta neutra, mas impõe, de maneira sutil e contínua, os padrões culturais e estéticos de seu ponto de origem.

Na prática, a televisão exemplifica como os formatos midiáticos oriundos de centros produtores globais podem transformar radicalmente as dinâmicas de uma comunidade. Para ilustrar isso, imaginemos uma pequena vila isolada. Antes da chegada da televisão, as interações eram essencialmente comunitárias. A troca de informações e histórias aconteciam em espaços coletivos, como praças, mercados ou ao redor de fogueiras, e as narrativas eram criadas, compartilhadas e mantidas pelos próprios membros da comunidade, refletindo sua realidade local e fortalecendo sua identidade cultural.

Com a chegada da televisão, essa dinâmica é profundamente alterada. O aparelho, posicionado no centro das residências, introduz narrativas visuais e sonoras que substituem gradualmente as práticas tradicionais de comunicação. O que antes era uma troca ativa de

saberes em encontros comunitários dá lugar a momentos de consumo passivo diante da tela. A programação, majoritariamente importada ou baseada em formatos estrangeiros, traz consigo valores, estéticas e histórias que, muitas vezes, estão distantes da realidade da vila. Esses conteúdos moldam a percepção da comunidade, redefinindo o que é visto como relevante, aspiracional ou mesmo verdadeiro.

Esse impacto vai além do conteúdo transmitido: ele reside no próprio formato da televisão, que organiza e hierarquiza os sentidos de forma padronizada, refletindo seu contexto norte-americano de origem. A construção de telejornais, por exemplo, com blocos curtos e linguagem visual direta, impõe uma nova forma de consumir notícias, diferente do que era natural à vila. Narrativas locais são suprimidas ou passam a ser interpretadas sob a ótica externa, criando um deslocamento entre a vivência comunitária e a percepção da realidade.

A introdução desse formato global cria, assim, um novo ecossistema comunicativo, onde as práticas locais são desvalorizadas e progressivamente substituídas por padrões externos. Essa transformação cultural reforça uma dependência simbólica em relação aos centros produtores de sentidos, consolidando um cenário de imperialismo midiático. Não se trata apenas de consumir conteúdos globais, mas de adotar formas globais de pensar, organizar e comunicar o saber.

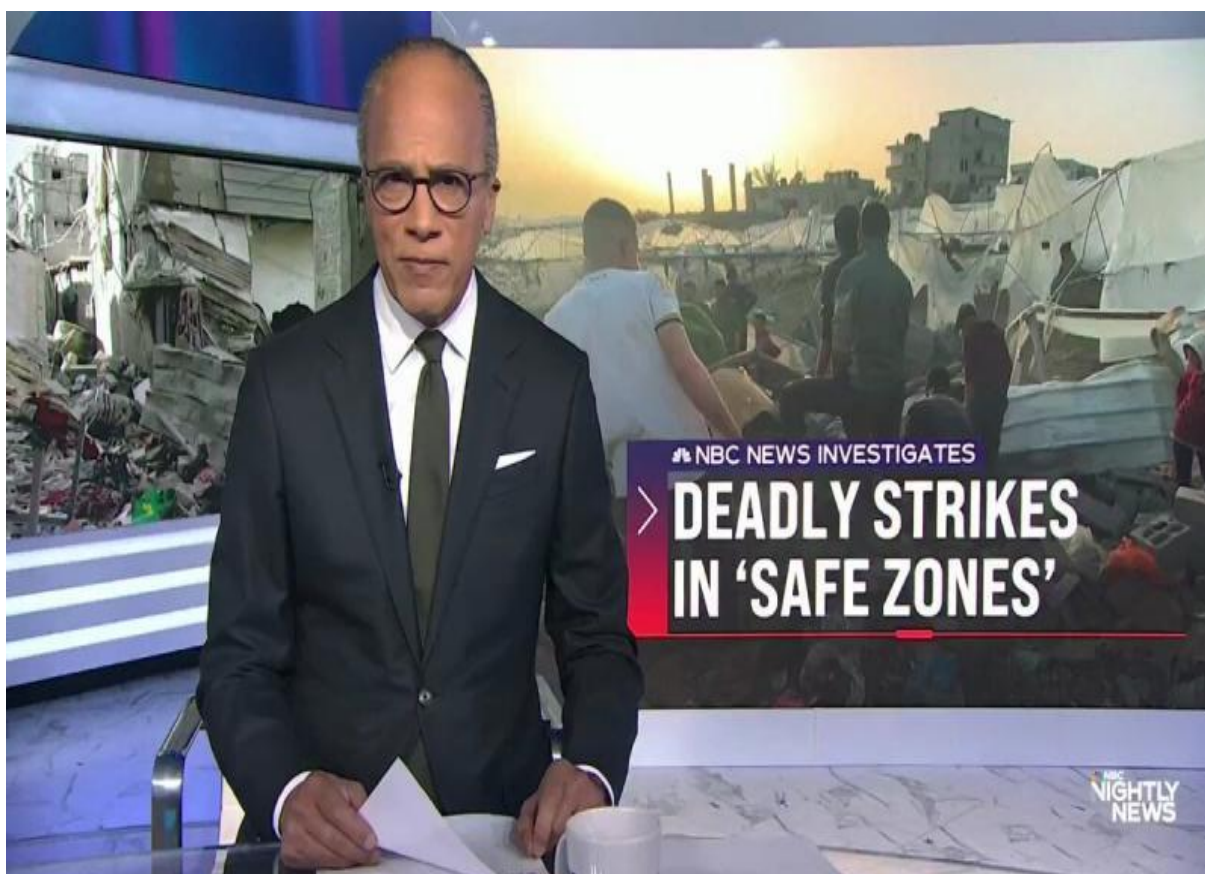
Como McLuhan (2012) defendia, "o meio é a mensagem". A televisão, com sua estrutura narrativa e estética padronizada, não apenas transmite informações, mas transforma as interações sociais, culturais e políticas de uma comunidade. Na vila isolada, isso significa que a forma como os moradores se relacionam entre si, com seu entorno e com o mundo é reorganizada de acordo com um modelo externo. Esse processo reflete, de maneira clara, a capacidade da televisão, e de forma mais ampla, dos formatos midiáticos globais de remodelar sociedades inteiras, criando novas dependências culturais e apagando identidades locais.

A chegada da televisão, portanto, não deve ser vista apenas como uma inovação tecnológica. Ela representa uma mudança profunda e irreversível na forma como comunidades se percebem, interagem e se organizam, exemplificando de maneira nítida os impactos do imperialismo midiático em diferentes contextos.

Ao analisarmos o jornalismo televisivo, especialmente programas como o Jornal Nacional da Globo, podemos perceber a forte influência dos formatos de jornalismo televisivo internacional. A comparação entre o Jornal Nacional e outros telejornais internacionais, revela semelhanças claras no formato e na estrutura de apresentação das notícias.

Uma das características mais marcantes no formato dos telejornais internacionais e brasileiros é a bancada, onde os jornalistas, geralmente em duplas, apresentam as notícias para o público. O modelo de apresentação em bancada é amplamente utilizado em telejornais de referência nos Estados Unidos, como o *NBC Nightly News*, e é igualmente adotado em programas como o *Jornal Nacional*.

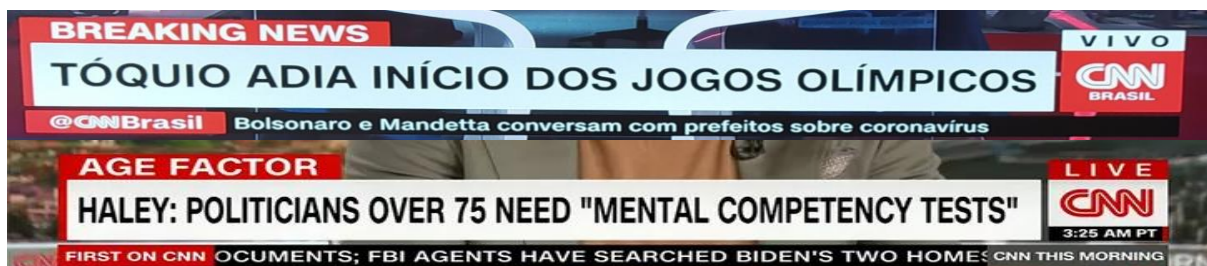
Figura 1 - A bancada do *NBC Nightly News*



Fonte: Jay Liquori, LinkedIn

Outro ponto de convergência entre o jornalismo televisivo brasileiro e estrangeiro é a presença de barras inferiores durante as apresentações das notícias. Essas barras, com informações complementares sobre as notícias, são uma característica comum em telejornais ao redor do mundo. Tanto no CNN Brasil quanto de sua filial nos Estados Unidos, é comum a presença dessa barra, que exibe informações adicionais sobre o assunto que está sendo abordado na tela, como os nomes dos entrevistados, detalhes sobre o conteúdo da matéria ou até mesmo atualizações ao vivo sobre determinados eventos.

Figura 2 - Comparativo da barra informacional inferior da CNN Brasil e da CNN Estados Unidos



Fonte: Captura de tela feito pelo autor, Internet

Outro ponto de semelhança entre os modelos de jornalismo televisivo é o uso de imagens e vídeos. Em telejornais tanto brasileiros quanto estrangeiros, as notícias são frequentemente ilustradas com imagens e vídeos, que têm como objetivo complementar o que está sendo dito pelos jornalistas.

Figura 3 - Tucker Carlson, até então jornalista da Fox News e a bancada do Jornal Nacional



Fonte: Internet

No Jornal Nacional, por exemplo, é comum que imagens de arquivo, entrevistas e vídeos de eventos em tempo real sejam exibidos enquanto o apresentador fala. Isso é igualmente observado nos telejornais dos Estados Unidos, que utilizam recursos audiovisuais para reforçar a narrativa e aumentar o impacto das informações.

O modelo de jornalismo televisivo adotado no Brasil, particularmente em programas como o Jornal Nacional, segue muitas das convenções dos telejornais dos Estados Unidos, o que é um reflexo do imperialismo midiático mencionado anteriormente. A presença de uma bancada, o uso de barras inferiores, a utilização de imagens e vídeos complementares, e o design visual padronizado são características comuns que demonstram como os formatos de jornalismo televisivo se globalizaram e se consolidaram em um padrão predominante, com base nos Estados Unidos. Essa uniformização não apenas molda a forma como as notícias são apresentadas ao público, mas também contribui para a disseminação de um modelo específico de comunicação, no qual a estrutura e a estética do jornalismo televisivo global refletem uma hegemonia midiática originada no modelo norte-americano.

Após abordar os impactos do jornalismo televisivo na organização e percepção da informação, voltamos nosso olhar para outro formato midiático de grande influência global: o jornal impresso. Segundo Caprino e Rossetti (2007), o estilo jornalístico tomou suas feições definitivas no século XIX, nos Estados Unidos, impulsionado por transformações culturais, econômicas e tecnológicas. Com a introdução da publicidade e a busca por maior aceitação entre o público, os jornais passaram a separar claramente os espaços de informação e de opinião, alinhando-se ao modo capitalista de produção. Essa transição marcou o início de uma nova era para os periódicos, que se consolidaram como empresas e adaptaram seus textos para atender às demandas de um público mais amplo.

As inovações tecnológicas tiveram um papel central nesse processo. O advento do telégrafo, na década de 1840, foi determinante para a consolidação de mudanças estruturais no jornalismo. Durante a Guerra de Secessão, jornalistas que cobriam os campos de batalha enfrentavam dificuldades técnicas nas transmissões por telefone. Para contornar essas limitações, as informações mais importantes eram transmitidas primeiro, com os detalhes adicionais sendo ditados em sequência. Esse método deu origem ao estilo da pirâmide invertida, no qual o essencial da notícia aparece no início do texto, enquanto os detalhes e contextualizações seguem em ordem decrescente de importância. Um exemplo desse formato pode ser observado no New York Times de 16 de abril de 1865: “Andrew Johnson foi

empossado hoje no cargo de presidente dos Estados Unidos pelo juiz da Corte Suprema, às 11 horas” (CAPRINO; ROSSETTI, 2007, p. 55).

Para Caprino e Rossetti (2007), outro fator crucial para a consolidação e difusão desse estilo foi o papel desempenhado pelas agências de notícias. A *Associated Press* (AP), criada em 1870, emergiu como a mais influente dessas organizações. Formada por uma associação de jornais de Nova York com o objetivo de compartilhar notícias a custos reduzidos, a AP tornou-se referência em redação direta, objetiva e eficiente. Seus despachos anônimos, enviados para diferentes partes do mundo, ajudaram a estabelecer um padrão textual global para o jornalismo. Ao longo do século XX, o estilo jornalístico surgido nos Estados Unidos, baseado na pirâmide invertida e na objetividade textual, se difundiu internacionalmente, predominando sobre outros modelos narrativos de notícias.

Essa imposição de um formato externo, muitas vezes desconsiderando as práticas comunicativas locais, evidencia o caráter estrutural do imperialismo midiático: não se trata apenas do conteúdo transmitido, mas da própria forma pela qual o saber é organizado e consumido.

O estilo jornalístico norte-americano, ao se tornar hegemônico, exemplifica como um modelo específico pode se estabelecer como norma global, reconfigurando culturas e impondo dependências simbólicas. Assim, o jornalismo, enquanto veículo de informação, também se torna um agente de transformação cultural, promovendo um imperialismo midiático que impacta não apenas o conteúdo das notícias, mas também a forma como as sociedades organizam e compreendem o ato de comunicar.

Para ilustrar como o modelo estadunidense de jornalismo impresso se consolida e influencia práticas ao redor do mundo, analisaremos as capas de dois importantes veículos: *The Washington Post*, nos Estados Unidos, e Folha de São Paulo, no Brasil. Apesar de os conteúdos e as datas selecionadas não serem os mesmos, o objetivo aqui não é discutir os temas abordados, mas sim compreender como o formato jornalístico norte-americano se tornou uma referência hegemônica, moldando até mesmo a apresentação das notícias em outras culturas.

Essa análise permite observar como o jornalismo impresso, ao adotar padrões de organização visual, escolha de manchetes e disposição de informações amplamente difundidos pelos Estados Unidos, carrega consigo uma lógica específica de comunicação que reflete uma forma particular de interpretar e transmitir a realidade. A organização das notícias, a hierarquização de informações e até mesmo a estética gráfica dos jornais impresso refletem ideais e normas estabelecidos por uma tradição jornalística que tem forte influência global. Ao

comparar as capas de *The Washington Post* e Folha de São Paulo, pretendemos identificar traços dessa influência, investigando como o jornalismo brasileiro, mesmo dentro de suas especificidades culturais e históricas, reproduz ou adapta esses elementos do modelo estadunidense. A análise busca entender em que medida o jornalismo brasileiro, ao mesmo tempo que reflete suas próprias particularidades, acaba por incorporar padrões de comunicação globais, e até que ponto essa influência pode ser vista como uma forma de imperialismo midiático, que molda as narrativas de forma a seguir os interesses e os padrões internacionais estabelecidos.

Figura 4 - Capa do jornal The Washington Post com destaque para a manchete principal

Fonte: The Washington Post, internet

A capa do *The Washington Post* segue o padrão consolidado do jornalismo norte-americano, caracterizado por clareza, hierarquia bem definida e impacto visual. A manchete principal, *Trump found guilty*, ocupa o centro superior da página em fonte de grande tamanho, dominando a atenção do leitor. Logo abaixo, subtítulos explicativos oferecem um resumo da notícia principal, enquanto textos adicionais ampliam o contexto. Esse destaque à manchete principal evidencia a prioridade dada à notícia de maior relevância, um traço marcante do modelo estadunidense.

A organização hierárquica da capa é estruturada de maneira lógica e eficiente. O nome do jornal aparece no topo, seguido pelo slogan *Democracy Dies in Darkness*, enfatizando o compromisso editorial com a transparência. A manchete ocupa a maior parte da página, enquanto as outras notícias são distribuídas de forma ordenada abaixo da principal, com títulos menores e menos chamativos. Essa disposição facilita a navegação do leitor, que é guiado de maneira intuitiva pelas informações mais importantes para as menos significativas. A clara diferenciação entre as notícias principais e secundárias contribui para uma experiência de leitura fluida e organizada.

Nos elementos gráficos, o uso de uma grande imagem centralizada de Donald Trump complementa a manchete, reforçando a gravidade da notícia principal e criando uma conexão emocional com o leitor. Além disso, há o destaque visual de um cheque ampliado na parte inferior, que funciona como uma evidência documental e adiciona profundidade ao relato principal. A escolha de gráficos simples e informativos reflete a ênfase em funcionalidade.

A disposição do conteúdo segue o padrão de colunas e divisão de notícias, com textos organizados em múltiplas colunas alinhadas e espaçadas de forma uniforme, o que facilita a leitura. Notícias menores e menos prioritárias aparecem na parte inferior da capa, cobrindo temas internacionais, tecnológicos e econômicos com títulos curtos e explicativos.

O uso do texto também reflete a objetividade e clareza do modelo norte-americano. As manchetes são concisas, com verbos de ação fortes como “found guilty”, destacando rapidamente o essencial da informação. O texto é estruturado de forma a informar de maneira direta e sem rodeios, uma característica comum nos jornais estadunidenses, que buscam entregar a mensagem de forma clara e eficiente. As matérias secundárias, por sua vez, são resumidas e organizadas de maneira a informar o essencial de forma rápida, sem entrar em detalhes desnecessários.

A abordagem minimalista da capa do *The Washington Post* é evidente na falta de excessos gráficos e na utilização de um design limpo e funcional. A capa privilegia a clareza,

com poucos elementos decorativos, mas com a escolha cuidadosa de imagens e tipografia para criar um impacto visual. Esse estilo minimalista não apenas facilita a leitura, mas também reflete a filosofia do jornalismo impresso norte-americano, que busca informar de forma direta e objetiva, com foco na funcionalidade. Assim, a capa exemplifica como o modelo de jornalismo dos Estados Unidos valoriza a organização clara das informações, a hierarquia de notícias e a simplicidade estética, influenciando práticas jornalísticas globalmente.

Figura 5 - Capa do jornal Folha de São Paulo

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 • Nº 34.470 SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2023 R\$ 6,00

Mulheres chefiam só 16% de postos diplomáticos

Só 34 dos 213 postos diplomáticos brasileiros espalhados pelo mundo são chefiados por mulheres (16%), enquanto os outros 179 têm homens à frente (84%). Para a Associação de Mulheres Diplomatas do Brasil (AMDB), há um "teto de vidro" no Itamaraty, que as impede de chegar aos cargos mais altos. O chanceler, Mauro Vieira, reconheceu "sub-representação crônica" no início da gestão. **Mundo A11**

Explosão do dólar na Argentina paralisa comércio

A desvalorização de quase 3% no peso desde o início do ultraliberal Javier Milei em eleição primária tirou dos argentinos as referências de preços. Comerciantes removem produtos das prateleiras, consumidores suspendem compras, e brasileiros ficam desorientados. **Mercado A20**

Priscilla Bacalhau Pela matemática sem gênero

A aversão à disciplina não escolhe estudantes, mas tradicionalmente meninos demonstram um desempenho superior em avaliações matemáticas, em especial nas séries iniciais. Estereótipos de gênero e preconceitos enraizados desde a infância ecoam nos resultados. **opinion A2**

ChatGPT tem viés de esquerda, aponta estudo

Mercado A28

Em novo recuo no ensino, SP desiste de livro digital

O governo Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS) anunciou ontem que rescindiu contrato para compra de 220 milhões de livros digitais — como a Folha revelou, o faria sem licitação. Na quarta, a gestão paulista desistiu de abandonar o Programa Nacional do Livro Didático. **Cotidiano B1**

EDITORIAIS A2

Amorismo
Sobre recuo de SP em troca de material didático.

Teto com furos
Acerca de gastos em saúde sob nova regra fiscal.

ATMOSFERA
São Paulo hoje

21°
16°
0h 12h 18h 24h

3 4 4 7 2

Mauro Cid vendeu joias a mando de Bolsonaro, afirma advogado

Representante anuncia confissão de militar; hacker diz a CPI que ex-presidente pediu invasão de urna



O advogado do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), afirmou que seu cliente confessará ter negociado joias nos Estados Unidos a mando do ex-presidente. "Ele confessa que comprou joias evidentemente a mando do ex-presidente", disse César Bittencourt sobre os itens dados por outros governos ao então chefe de Estado brasileiro. A decisão da CPI foi revelada à revista Veja e confirmada à Folha pelo advogado. O militar está preso desde maio por suspeita de adulterar cartões de vacinação, inclusive o de Bolsonaro. Também ontem, o chamado "hacker da Vaza Jato" confessou a invasão de e-mails do ex-mandatário na CPI do 8 de janeiro. **Política A4 e A7**

Aos parlamentares o programador Walter Delgatti Neto declarou que a campanha do ex-presidente planejou forjar a invasão de uma urna eletrônica a dias das eleições do ano passado. O hacker — preso no início do mês sob acusação de tramocar com a deputada federal Carla Zambelli (PL-S19) contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal — disse sem oferecer provas que Bolsonaro lhe pediu para assumir ter grampoado conversas do magistrado. Bolsonaro referiu-se à versão de Delgatti como "fantasia" e não se pronunciou sobre as afirmações do advogado de Cid até a conclusão desta edição. **Eleição regularidades. Política A4 e A7**

Moraes manda quebrar sigilos de ex-presidente e de Michelle

STF forma maioria para juiz das garantias ser obrigatório

O Supremo formou maioria favorável à instalação obrigatória do modelo do juiz das garantias, que divide a responsabilidade dos processos entre dois magistrados. O placar da votação chegou a seis, falhando a posição de quatro ministros. O julgamento deve continuar na sessão do próximo dia 23. Pelo Instrumento, casos criminais passariam a ter um juiz que autoriza diligências na investigação e outro que julga o réu. Este sistema foi aprovado no Congresso, na esteira do vazamento de conversas entre procuradores da Lava Jato e o então juiz da operação, Sérgio Moro. **Política A10**

Bolsa tem 13ª queda e renova recorde negativo

Pressionado pelo exterior negativo, que teme juros ainda mais altos nos EUA e desaceleração da China, o índice Ibovespa, referência no país, caiu 0,52% e ampliou a pior sequência de quedas de sua história. A pauta econômica travada no Congresso também trouxe cautela. **Mercado A18**

Esporte B7
63% dos brasileiros têm interesse pelo futebol feminino, mostra Datafolha

Guia C12
Taste Festival em SP abre com Mocotó, Preto Cozinhã, Da Quebrada e Troisgrôs

Ilustrada C1 a C3
Nelson Rodrigues raiz
Novas montagens dos clássicos 'Vestido de Noiva' e 'A Falecida' estreiam em São Paulo



Atriz Camila Morgado como Zulmira no palco do Sesc Santo Amaro, em São Paulo, em ensaio com figurino de 'A Falecida', peça de 1953. **teatro teatro/Itaipava**

Fonte: Capa da Folha de São Paulo, internet

A capa da Folha de S. Paulo e a do *The Washington Post* seguem um formato editorial e gráfico muito semelhante, evidenciando a influência global de um modelo consolidado no jornalismo impresso. Ambas utilizam o tradicional tamanho de página conhecido como *broadsheet*, característico de grandes jornais, o que confere um layout espaçoso e bem distribuído.

A estrutura visual também apresenta pontos em comum. Tanto na Folha de São Paulo quanto no *The Washington Post*, o logotipo do jornal está localizado no topo da página, seguido de informações básicas como data, edição e preço. Essa disposição padrão garante que a identidade do jornal seja facilmente reconhecida, enquanto as manchetes principais, posicionadas logo abaixo, são destacadas por uma tipografia de grande impacto, centralizada na página. Na *Folha*, temos a manchete "Mauro Cid vendeu jóias a mando de Bolsonaro, afirma advogado", enquanto no exemplo do *The Washington Post* a manchete era "*Trump found guilty*". Ambas utilizam linguagem direta e assertiva, com verbos de ação fortes, que resumem o cerne da notícia e atraem o leitor para o tema de maior relevância.

Outro ponto de convergência está no uso estratégico de imagens. As duas capas utilizam uma fotografia principal centralizada, diretamente relacionada à manchete principal. No caso da Folha, a imagem de Walter Delgatti reforça a seriedade do contexto político, enquanto a capa do *The Washington Post* apresentava Donald Trump em um registro simbólico que reforçava a gravidade do caso judicial. Em ambas, as imagens são escolhidas para complementar a narrativa, criando uma conexão visual imediata com o leitor e intensificando o impacto da manchete.

A organização hierárquica das notícias secundárias também segue um padrão semelhante. Tanto a Folha quanto o *The Washington Post* distribuem os demais temas em colunas menores e subtítulos com fonte reduzida, priorizando a objetividade e a segmentação temática. Esse formato orienta o leitor de forma intuitiva, apresentando primeiro os destaques e depois notícias de menor prioridade, mas ainda relevantes. Além disso, ambas as capas evidenciam uma diversidade editorial, abordando temas políticos, econômicos, sociais e culturais, o que reflete a missão de alcançar diferentes interesses dentro de um público diversificado.

Por fim, o design limpo e funcional é uma característica compartilhada pelos dois jornais. A estética minimalista, com poucos elementos decorativos e foco na clareza, é evidente. Tanto a Folha de S. Paulo quanto o *The Washington Post* priorizam a organização visual e textual, com espaçamento adequado entre colunas e uso moderado de elementos gráficos, como

divisores e linhas. Essa abordagem garante uma leitura fluida e reforça o compromisso de ambos com a objetividade e a eficiência na transmissão da informação.

A análise das capas do *The Washington Post* e da Folha de S. Paulo revela não apenas os aspectos estruturais e gráficos do jornalismo impresso, mas também nos permite refletir sobre como o modelo de jornalismo norte-americano, consolidado em veículos como o *The Washington Post*, exerce uma influência significativa, um fenômeno que pode ser interpretado através do conceito de imperialismo midiático.

4.1.2.2 A Invasão dos Estados Unidos ao Iraque

A Guerra do Iraque, que começou em 20 de março de 2003, foi um conflito liderado pelos Estados Unidos, apoiados por uma coalizão internacional, com o objetivo de derrubar o regime de Saddam Hussein. Para Tailche (2007), a invasão do Iraque pelos EUA e seus aliados britânicos, que ocorreu em 20 de março de 2003, foi uma ação controversa e sem a aprovação formal da ONU. Kofi Annan, o então secretário-geral da ONU, chegou a afirmar que a guerra era ilegal sob os termos da Carta das Nações Unidas. A justificativa pública dos EUA para a invasão foi baseada em três motivos principais:

1. Desarmamento de armas de destruição em massa (ADM): O governo americano alegou que o Iraque possuía armas de destruição em massa, representando uma ameaça à paz mundial. No entanto, um documento do governo britânico de junho de 2002 revelou que a decisão de invadir já havia sido tomada com base em interesses políticos, e os dados de inteligência foram manipulados para justificar a guerra. Mesmo antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA já planejavam um ataque ao Iraque.

2. Ligação do regime iraquiano com o terrorismo: Os EUA também afirmaram que o regime de Saddam Hussein apoiava o terrorismo e estava ligado à Al-Qaeda. Contudo, o Relatório da Comissão do 11 de Setembro desmentiu essa alegação, concluindo que não havia provas dessa conexão.

3. Libertação do povo iraquiano: Outro motivo citado foi a intenção de libertar os iraquianos de uma ditadura e implantar uma democracia. Na prática, o que ocorreu foi a substituição de um regime secular por uma situação de caos e instabilidade, com o surgimento de novos conflitos internos e a formação de um governo militar.

Embora o regime de Saddam Hussein fosse autoritário, o Iraque não representava uma ameaça direta aos EUA antes da invasão. Além disso, o país era um dos poucos no Oriente Médio onde as mulheres tinham mais direitos, e o governo mantinha um caráter secular. Não

houve evidências claras para justificar as alegações de ameaças ao Ocidente ou apoio ao terrorismo feitas pelo governo dos EUA.

Para Burgis (2023) em uma publicação para a Revista *Jacobin*, descreve que a invasão não foi fruto de uma ação "bem intencionada", como os líderes dos Estados Unidos tentaram justificar, mas sim uma decisão "insensata" e que o governo do presidente dos Estados Unidos George W. Bush, sabia das verdadeiras intenções por trás da invasão e deliberadamente construiu uma narrativa falsa para justificar a ação militar.

No ano anterior à invasão do Iraque, Bush fez um pronunciamento onde caracterizou o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte como parte de um "eixo do mal". Para Burgis (Idem), a ideia de agrupar o Iraque de Saddam Hussein e o Irã, que tinham sido inimigos em uma guerra nos anos 1980, em um mesmo "eixo" já era algo estranho. A inclusão da Coreia do Norte tornava a situação ainda mais ilógica. No entanto, essa declaração veio em um momento de intenso patriotismo nos EUA após o 11 de setembro, e a lógica por trás das palavras de Bush não precisava ser rigorosa para que grande parte do público americano concordasse.

O responsável pela redação do discurso foi David Frum, um jornalista canadense bem conhecido nos Estados Unidos e defensor do neoconservadorismo. Alguns anos depois, Frum escreveu um artigo para o *Atlantic* onde reconheceu que a guerra no Iraque foi mal executada e, talvez, imprudente do ponto de vista pragmático. Mesmo assim, ele sustentou que os EUA não agiram de maneira injustificada e que permitir que Saddam Hussein continuasse no poder poderia ter sido um erro ainda maior. Acima de tudo, Frum demonstrou frustração pelo fato de que o desastre no Iraque tenha reduzido o apoio do público americano a novas intervenções militares em outras partes do mundo.

Para Burgis (Idem), a justificativa da guerra foi uma mentira. Na época, Bush e seus aliados não justificaram a invasão do Iraque simplesmente com o argumento de que o país havia violado os termos do cessar-fogo da guerra de 12 anos antes, pois sabiam que essa explicação não seria aceita pelo público. Ao invés disso, alegaram que Saddam Hussein possuía "armas de destruição em massa" e, além disso, insinuaram que o ditador iraquiano, que tinha um histórico de reprimir brutalmente grupos locais muçulmanos, por algum motivo decidir entregar essas armas para a Al-Qaeda, seus inimigos declarados. O governo Bush argumentou que a mera possibilidade de essas armas caírem nas mãos da Al-Qaeda era perigosa demais para esperar por provas concretas. O vice-presidente Dick Cheney chegou a declarar que a "prova" poderia surgir na forma de uma "nuvem de cogumelo" – uma referência a um ataque nuclear – sobre uma cidade americana, reforçando o medo de um possível desastre catastrófico.

Tailche (2007), cita a entrevista do linguista e filósofo Noam Chomsky intitulada: Iraque ontem, hoje e amanhã, Chomsky compara as motivações e os resultados das intervenções dos EUA no Vietnã e no Iraque. Ele afirma que, no Vietnã, o principal objetivo dos EUA foi alcançado ao destruir o país, enfraquecendo-o como uma ameaça, mesmo sem conquistar o controle total. No caso do Iraque, a situação é diferente. O objetivo não é destruir o país, mas sim controlá-lo, devido à sua importância estratégica, especialmente em relação ao petróleo e à geopolítica da região. No caso do Iraque, a guerra não atraiu o mesmo nível de atenção devido à multiplicidade de crises e preocupações mundiais. Apesar disso, Tailche (idem) ressalta que a situação do Iraque é ainda mais crítica, pois o país é visto pelos EUA como um ponto estratégico essencial para controlar a região do Oriente Médio e suas vastas reservas de petróleo.

Tailche (2007), explica que após a invasão do Iraque e a queda do regime de Saddam Hussein, os Estados Unidos impulsionaram um novo processo político no país, marcando o início de uma tentativa de reconstrução democrática. A primeira eleição foi realizada em 30 de janeiro de 2005, dois anos após a invasão, para eleger os 275 membros da Assembleia Nacional do Iraque. Poucos meses depois, em 15 de outubro de 2005, os iraquianos votaram em um referendo para aprovar ou rejeitar uma nova constituição. Com 63% de comparecimento, a constituição foi aprovada por 78% dos votos, sendo apoiada pelos curdos e xiitas, mas amplamente rejeitada pelos sunitas árabes, refletindo as tensões sectárias que dividiam o país.

Em 15 de dezembro de 2005, uma nova eleição foi realizada de acordo com a constituição aprovada, com o objetivo de formar um novo governo. Essa eleição foi vista como uma vitória tanto para o novo governo iraquiano quanto para os EUA, que promoviam o processo como um marco na "democratização do Iraque". No entanto, o processo eleitoral revelou divisões profundas, pois os três principais grupos étnicos e religiosos do país (xiitas, sunitas e curdos) controlaram o resultado, agravando ainda mais as tensões entre eles. A violência se tornou uma ferramenta de pressão política, ameaçando o já frágil processo de reconstrução (Tailche, 2007, p; 03).

Para Tailche (Idem), afirma que o governo dos EUA tenha afirmado que a eleição representava um passo crucial rumo à democracia no Iraque, os eventos subsequentes indicaram que o país continuava em crise. O novo governo não conseguiu estabilizar o Iraque ou reduzir as divisões sectárias e étnicas, resultando em uma crescente fragmentação política e falta de controle sobre o território. A violência, as rivalidades sectárias e a destruição durante e pós-

guerra colocaram em dúvida o sucesso do processo de democratização promovido pelos EUA. Tailche (Idem), explica:

A invasão americana abriu o espaço para a destruição de Iraque começar. O que não foi destruído durante a invasão, acaba sendo destruído com a confusão do pós-guerra. Não somente em relação da infraestrutura, mas também a estrutura social o que atingiu o próprio cidadão iraquiano (Tailche, 2007, p; 05).

As forças de invasão americanas e britânicas no Iraque se envolveram em uma série de escândalos que contribuíram para a deterioração da relação entre as tropas estrangeiras e a população iraquiana. Esses escândalos refletiram o desrespeito aos direitos humanos e às normas internacionais de guerra, minando ainda mais a credibilidade das operações militares no país. Uma questão central é que as tropas enviadas ao Iraque eram majoritariamente forças do exército, treinadas para combate, e não para lidar com a manutenção da ordem civil, como a polícia. Esse fator complicou suas tentativas de construir uma relação positiva com os civis iraquianos. Em vez de promover segurança e estabilidade, a presença militar nas ruas das cidades muitas vezes levou a confrontos e tensões com a população local. Um dos escândalos mais graves envolveu os mercenários da empresa privada americana Blackwater, contratada para operações de segurança no Iraque. Esses mercenários tinham amplos poderes, incluindo o direito de usar força letal contra iraquianos, sem que o governo do Iraque tivesse o poder de processá-los por crimes cometidos. Esse grau de impunidade gerou uma sensação de descontrole e revolta entre a população iraquiana. Esses escândalos agravaram a já tensa relação entre os Estados Unidos e o povo iraquiano. O sentimento de ocupação e humilhação cresceu, alimentando a resistência local e o sentimento de hostilidade contra as forças invasoras, tornando o cenário de ocupação ainda mais instável (Tailche, 2007, p. 08).

Para Tailche (Idem), Inicialmente, muitos iraquianos acreditaram nas promessas dos EUA de que, após o fim do regime de Saddam Hussein, o país passaria por uma reconstrução significativa e se transformaria em uma democracia estável e próspera. No entanto, com o passar do tempo, essa esperança começou a desaparecer. A infraestrutura continuou em ruínas, serviços básicos como água e eletricidade permaneceram precários, e a situação econômica e política do Iraque só piorou.

4.1.2.1 A Guerra Vista de Longe: A Perspectiva Brasileira

Para Moraes (2011), após o 11 de setembro de 2001, a imagem do presidente George W. Bush foi moldada por uma intensa campanha de marketing e relações públicas da Casa Branca,

que buscou apresentá-lo como um líder firme e decidido, capaz de tomar as mais difíceis decisões para defender o povo norte-americano. Essa construção simbólica, promovida de forma eficaz nos Estados Unidos, também repercutiu na mídia internacional, incluindo a brasileira.

Os jornalistas brasileiros, em grande parte, refletiram essa imagem de Bush como comandante-em-chefe, alinhando-se à narrativa difundida pela imprensa dos EUA. Isso se deu principalmente devido à dependência de grandes agências de notícias internacionais, que atuam como fontes primárias para a imprensa de muitos países. Essas agências, por sua vez, reforçavam o discurso da Casa Branca, que buscava legitimar Bush como um líder implacável na guerra contra o terrorismo, o que fez com que a cobertura da mídia brasileira, muitas vezes, ecoasse essa visão (MORAIS, *Idem*).

Além disso, a força dessa narrativa nos EUA, somada ao contexto global de solidariedade e apoio às vítimas dos atentados, dificultou o surgimento de vozes críticas ou contranarrativas significativas. A construção de Bush como um herói de guerra e defensor da liberdade foi amplificada, com poucas oportunidades para uma análise mais crítica de suas políticas e decisões. Assim, a imprensa brasileira, como muitas outras ao redor do mundo, acabou por refletir a imagem de George W. Bush conforme a idealizada pelos EUA, sem questionar profundamente suas implicações (MORAIS, *Idem*).

Para Morais (*Idem*), a TV Globo possui uma audiência massiva, o que lhe confere uma posição central nos debates públicos e na formação de opinião da sociedade brasileira. Isso a torna uma plataforma estratégica para disseminar informações, especialmente em momentos de grande relevância global. Ao dar exemplos de como a Invasão do Iraque foi vista pelos Brasileiros, ela cita que tanto a TV Cultura e a Globo News, a rede Globo utilizou materiais fornecidos por grandes agências de notícias internacionais, como a *CNN* (norte-americana) e a *Reuters* (britânica).

Dessa forma, a dependência de material exclusivo fornecido por agências ocidentais, como a *CNN* e a *Reuters*, resultou em uma cobertura parcial e espetacularizada dos eventos, como a invasão do Iraque. Essas agências, ao estarem intimamente ligadas aos Estados Unidos e ao Reino Unido, os países que lideraram a invasão, acabaram por adotar uma perspectiva pró-Occidente, o que influenciou o tom e o conteúdo das reportagens veiculadas por emissoras como a TV Globo. No contexto da Guerra do Iraque, o jornalismo televisivo brasileiro seguiu e replicou um formato midiático muito semelhante ao dos Estados Unidos, especialmente ao replicar as imagens, fotografias e notícias.

Figura 6 - Foto da capa do jornal O Globo



Soldados americanos descansam em uma das salas de palácio de Saddam Hussein parcialmente destruído pelos bombardeios a Bagdá

Fonte: Fotografia extraída da primeira página do jornal O Globo. A foto é de autoria de John Moore, da AP.

No contexto do jornalismo impresso, para Teixeira (2022), a cobertura jornalística sobre a Invasão do Iraque nas primeiras páginas dos principais jornais do Brasil (Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo) apresentou um viés predominantemente político. As questões geopolíticas da guerra foram mais enfatizadas nos textos das capas, enquanto as fotografias deram destaque ao poder de fogo e ao avanço das tropas ocidentais no Iraque.

No dia 2 de abril de 2003, os três jornais publicaram em sua capa uma fotografia, de autoria da *Agence-France Press* (AFP), do iraquiano Razek al-Khazem al-Khafaj desolado diante dos caixões de seus 15 parentes mortos por um foguete americano (TEIXEIRA, 2024, p. 124).

No contexto do jornalismo impresso, podemos identificar claramente a presença do imperialismo midiático nas coberturas dos jornais brasileiros sobre a Invasão do Iraque, conforme discutido por Teixeira (2022). A maneira como os jornais brasileiros, como o Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo, organizaram suas primeiras páginas reflete a influência das narrativas globais moldadas pelas grandes agências de notícias, como a AFP, que forneciam as imagens e informações sobre o conflito.

Assim, o imperialismo midiático no jornalismo impresso brasileiro durante a cobertura da Invasão do Iraque pode ser interpretado como a reprodução de uma narrativa global que

favorece a perspectiva ocidental, consolidando um modelo informativo que é influenciado e, em certa medida, moldado pelas potências hegemônicas, como os Estados Unidos.

5 CONCLUSÃO

A conexão entre a Análise do Discurso e o imperialismo midiático revela a complexidade da construção de narrativas na contemporaneidade. O discurso, entendido como uma produção contínua de sentidos, evidencia como as ideologias dominantes, frequentemente disseminadas pelos meios de comunicação, moldam a percepção pública e legitimam ações políticas e sociais. Nesse contexto, o imperialismo midiático se manifesta como uma forma de poder que perpetua a hegemonia ocidental, amplificando as narrativas do Ocidente enquanto marginaliza ou silencia outras vozes.

A Análise do Discurso de Pêcheux nos permite compreender como os meios de comunicação, especialmente jornais e telejornais, não são apenas veículos neutros de informação, mas também agentes discursivos que operam no interior de formações discursivas determinadas por contextos históricos e ideológicos. Esses meios produzem sentidos a partir de uma memória discursiva, retomando e reconfigurando sentidos já existentes para legitimar ações e narrativas de interesse das potências dominantes.

Entre os diversos agentes do imperialismo midiático, o jornal se destaca como um dos mais importantes, pois, diferentemente da televisão ou do vídeo, ele é um objeto físico, cuja materialidade assegura maior durabilidade às ideologias que carrega. Enquanto um vídeo pode sair do ar ou ser facilmente substituído, o jornal impresso permanece como um registro material, consolidando discursos que podem atravessar o tempo e influenciar gerações. Essa permanência permite que o jornal atue como uma testemunha histórica e um mecanismo eficaz de reprodução de formações discursivas dominantes, onde as condições históricas e ideológicas se cristalizam de forma visível e palpável.

No caso do jornalismo brasileiro, tanto impresso quanto televisivo, observa-se uma inserção nas formações discursivas do imperialismo midiático, que estabelece o que pode e o que não pode ser dito. Esse alinhamento é evidente na reprodução de formatos e narrativas adotados pelos Estados Unidos, que configuram as condições de produção do discurso jornalístico. Durante a cobertura da invasão do Iraque, as capas dos principais jornais brasileiros, como Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo, evidenciam uma posição de sujeitos discursivos alinhados às agências internacionais, como Reuters e CNN, que ditam as normas de produção e circulação de sentidos no campo jornalístico.

No jornalismo televisivo, a adoção de estruturas gráficas, como bancadas de apresentação e imagens impactantes, reflete não apenas uma escolha estética, mas a inscrição em uma formação discursiva global, que orienta o modo como os eventos internacionais são

apresentados. Ainda que impactante, a televisão não possui a mesma durabilidade do jornal impresso, cuja materialidade física confere maior poder de perpetuação às ideologias que veicula.

Por fim, este trabalho alcançou seu objetivo principal: compreender o imperialismo midiático sob a perspectiva da Análise do Discurso. A partir da análise dos meios de comunicação brasileiros, foi possível identificar como as formações discursivas, a ideologia, e a memória discursiva desempenham papéis cruciais na reprodução de narrativas hegemônicas. Assim, confirma-se que o imperialismo midiático não apenas estrutura o conteúdo informativo, mas também define os formatos e os sentidos que circulam globalmente, reforçando a hegemonia ocidental em detrimento de perspectivas alternativas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Waldir Roberto Estima do Rego; JR, Dario Brito Rocha. Soft Power, Imperialismo Midiático e a Geopolítica das Plataformas: uma reflexão sobre os efeitos das Redes Sociais na disputa entre os EUA e a China. **Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/ij08/waldir-barros.pdf>. Acesso em: 8 set. 2024.

BOLAÑO, César. Guerra da Ucrânia, imperialismo e comunicação. **Le Monde diplomatique**, 25 mar. 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/guerra-da-ucrania-imperialismo-e-comunicacao/>. Acesso em: 14 mai. 2024.

CAPRINO, Mônica Pegurer; ROSSETTI, Regina. Lead jornalístico: origens históricas e crítica prospectiva. **Comunicação & Inovação**, [s. l.], v. 8, n. 14, 2007. DOI <https://doi.org/10.13037/ci.vol8n14.673>. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/673/519. Acesso em: 25 nov. 2024.

CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, I., 2011, Vitória. **Formações Imaginárias em Comentários sobre a Aprovação da União Civil Homossexual [...]**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/conel/article/view/1987/1499>. Acesso em: 7 set. 2024.

COUTINHO, Eduardo Granja. Música popular, emoção e política: a batalha dos afetos. **O Social em Questão**, Brasil, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552268238010/html/>. Acesso em: 7 out. 2024.

DA SILVA, Felipe Faustino. **ANÁLISE DO ISOLAMENTO INFORMACIONAL E REPRODUÇÃO DE DISCURSOS EM GRUPOS BOLSONARISTAS NO TELEGRAM**. Orientador: Paulo Henrique Apolinário. 2023. 80 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Jornalismo) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, 2023. Disponível em: <https://jornalismounaerp.com.br/wp-content/uploads/2024/03/SilvaFelipe-Faustino-da-trabalho-de-conclusao-de-curso-de-jornalismo.pdf>. Acesso em: 17 maio 2024.

DOS SANTOS, Josely Alves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SAAD, Núbia dos Santos. ANÁLISE DE DISCURSO: FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, São Paulo, Brasil, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2337>. Acesso em: 16 maio 2024.

FAGUNDES, Raphael. A violência como propaganda imperialista nos filmes hollywoodianos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [s. l.], 20 abr. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-violencia-como-propaganda-imperialista-nos-filmes-hollywoodianos/>. Acesso em: 7 out. 2024.

FERRAZ, Marcel Amaral Marques. O sujeito para a análise de discurso (ad). **Linguagem e Subjetividade**, Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.pucsp.br/linguagem-e-subjetividade/coluna-o-sujeito-para-analise-de-discurso-ad>. Acesso em: 23 maio 2024.

INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, XVII., 2012, Ouro Preto. **Imperialismo Cultural: a Falibilidade do Paradigma Clássico da Comunicação** [...]. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2012/resumos/R33-0709-1.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

LIMAI, Deivson Wendell da Costa et al. Historicidade, conceitos e procedimentos da análise do discurso. **Revista Enfermagem Uerj**, Rio de Janeiro, 17 set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2017.12913>. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/10/947755/12913-101574-1-pb.pdf>. Acesso em: 23 maio 2024.

MCLUHAN, Marshall. **Os Meios de Comunicação Como Extensões do Homem: (understanding Media)**. [S. l.]: Cultrix, 2012. ISBN 978-8531602580.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. AMÉRICA LATINA – INTERPRETAÇÕES DA ORIGEM DO IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO. **Revista PUC-SP**, [s. l.], 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/2316/1408/4743>. Acesso em: 3 out. 2024.

MÍDIA e Realidade. **Triade**, Sorocaba, São Paulo, Brasil, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002654924.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

MORAIS, Veridiana Delia Bueno de. **O Iraque na TV Brasileira**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8154/tde-10102011-103949/>. Acesso em: 21 out. 2024.

ORLANDI, Eni. Entrevista: Eni Orlandi. Canal do YouTube da Associação Brasileira de Linguística – Abralín, 2019. Acesso em: 25 jul. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/ZLJJVGRjui0>.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. 5ª. ed. [S. l.]: Pontes, 2005. 100 p. ISBN 978-8571131316.

PEIXOTO, Maria Eduarda Gonçalves; DE ALENCAR, Claudiana Nogueira; FERREIRA, Ruberval. O OBJETO DA IDEOLOGIA NA TEORIA CRÍTICA DO DISCURSO. **SciELO**, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/59TxwgTcXxLZdS8NZxLRYDd>. Acesso em: 16 maio 2024.

ROCHA, Termisia Luiza; DA SILVA, Gilson Pequeno; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA: ANÁLISE DO DISCURSO - CONCEITOS E POSSIBILIDADES. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo - MG, v. 21, n. 53, p. 215-225, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2913>. Acesso em: 23 maio 2024.

SUNDARAM, Jomo Kwame. Imperialismo, globalização e seus descontentamentos. **Instituto Humanitas Unisinos**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/637276-imperialismo-globalizacao-e-seus-descontentamentos>. Acesso em: 18 maio 2024.

TAILCHE, Khalid; GATTAZ, André. DEBATE: AS GUERRAS DO IRAQUE (1991 A 2007) E A SITUAÇÃO ATUAL NO IRAQUE. **Instituto da Cultura Árabe**, [s. l.], 26 out. 2007. Disponível em: https://www.icarabe.org/sites/default/files/pdfs/o_mundo_arabe_contemporaneo_-_atividade_complementar_1_khalid.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

TASSO, R. D. Revisitando o papel da história na Análise do Discurso. In: **6 Encontro do CELSUL - Círculo de Estudos Linguísticos do Sul**, 2004, Florianópolis. Anais do 6 Encontro do CELSUL. Florianópolis, 2004.

TEIXEIRA, Gisela Cardoso. A Guerra do Iraque (2003) e na Ucrânia (2022) na primeira página: os enquadramentos dos conflitos armados nas capas dos jornais brasileiros. **Temática**, [s. l.], ano XVIII, v. 18, n. 10, p. 124-125, 10 out. 2024. DOI <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8931.2022v18n10.64409>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/64409/36131>. Acesso em: 26 nov. 2024.

WINCH, P. G.; NASCIMENTO, S. S. do. A teoria da comunicação de Jakobson: suas marcas no ensino de Língua Portuguesa. **Estudos da Língua(gem)**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 219-236, 2012. DOI: [10.22481/el.v10i2.1196](https://doi.org/10.22481/el.v10i2.1196). Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1196>. Acesso em: 16 set. 2024.

ZIEGLER, Jean. **Ódio ao Ocidente**. 1. ed. [S. l.]: Cortez, 2011. 272 p. ISBN 978-8524918070.